

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ.
MESTRADO 'STRICTO SENSU' EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO.**

ARIANA CRISTINA MOURA NAZÁRIO

**O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO
SAUDÁVEL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MIMOSO DO SUL-ES**

**SÃO MATEUS-ES
2019**

ARIANA CRISTINA MOURA NAZÁRIO

O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO
SAUDÁVEL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MIMOSO DO SUL-ES

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré –
FVC, como parte das exigências para obtenção do título
de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Área de concentração: Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientadora: Dra. Kátia Gonçalves Castor.

SÃO MATEUS-ES

2019

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

N335p

Nazário, Ariana Cristina Moura.

O papel da agricultura familiar na promoção da alimentação saudável na rede municipal de educação de Mimoso do Sul - ES / Ariana Cristina Moura Nazário– São Mateus - ES, 2019.

71 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2018.

Orientação: profª Drª Kátia Gonçalves Castor.

1. Alimentação escolar. 2. Agricultura familiar. 3. Alimentação saudável. 4. Desenvolvimento rural sustentável. 5. Mimoso do Sul - ES. I. Castor, Kátia Gonçalves. II. Título.

CDD: 371.716

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

ARIANA CRISTINA MOURA NAZARIO

**O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PROMOÇÃO DA
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO
BÁSICA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE MIMOSO DO
SUL-ES**

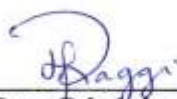
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 09 de fevereiro de 2019.

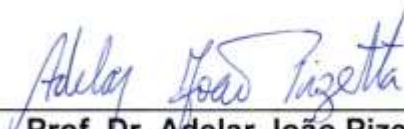
COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Kátia Gonçalves Castor
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Profa. Dra. Désirée Gonçalves Raggi
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Adelar João Pizetta
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

À minha família, razão maior de minha existência e pilar os meus valores. Sem a ajuda imprescindível de vocês não teria conseguido chegar até aqui.

A Deus, fonte inesgotável de saber, e Senhor de minha resistência diante das incansáveis batalhas travadas até aqui.

Agradeço à minha orientadora pela paciência e por ter sido um norte para mim com seus ensinamentos.

Não sejas nunca de tal forma que não possas ser também de outra maneira. E não perguntes quem é aquele que sabe a resposta, nem mesmo a essa parte de ti que sabe a resposta, porque a resposta pode matar a intensidade da pergunta e o que se agita nessa intensidade. Sê tu mesmo a pergunta.

Larrosa Bondía

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como acontecem as discussões entre os profissionais da educação, saúde e agricultura de Mimoso do Sul-ES sobre a importância da agricultura familiar no oferecimento de uma alimentação saudável nas escolas públicas municipais. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, com base em análises de observações das percepções dos sujeitos envolvidos pedagogos e agricultores obtidas por questionários e observações individuais. O estudo está fundamentado em teorias que versam sobre a importância em identificar ações e políticas públicas existente no município de Mimoso do Sul localizado no Espírito Santo para a promoção e incentivo de parcerias entre agricultores e escola através do Projeto Político Pedagógico da escola e como este dialoga com a comunidade. Os resultados mostraram que o programa PNAE beneficia substancialmente o sistema da alimentação escolar e o desenvolvimento rural sustentável dos agricultores familiares do município de Mimoso do Sul-ES.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Alimentação Saudável. Desenvolvimento Rural Sustentável.

ABSTRACT

This research aims to investigate how the discussions between the education, health and agriculture professionals of Mimoso do Sul-ES on the importance of family farming in the provision of healthier food in municipal public schools. This is a qualitative research, based on analyzes of observations of the perceptions of the involved subjects pedagogues and farmers obtained by questionnaires and individual observations. The study is based on theories about the importance of identifying actions and public policies existing in the municipality of Mimoso do Sul located in the state of Espírito Santo for the promotion and encouragement of partnerships between farmers and school through the School's Political Pedagogical Project and how it dialogues with the community. The results showed that the PNAE program substantially benefits the school feeding system and sustainable rural development of family farmers in the municipality of Mimoso do Sul.

Keywords: School Feeding. Family Farming. Healthy Eating. Sustainable Rural Development.

LISTA DE SIGLAS

AF – Agricultura familiar

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BDTN - Biblioteca Nacional Brasileira de Dissertações e Teses

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CGU - Controladoria Geral da União

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAEs - Programas de Alimentação Escolar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEME – Secretaria Municipal de Educação

TCU - Tribunal de Contas da União

WFP - *World Food Programme*

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	12
1.1 – O PROBLEMA.....	15
1.2 – OBJETIVOS.....	15
1.2.1 – Objetivo Geral.....	15
1.2.2 – Objetivos Específicos.....	16
1.3 – JUSTIFICATIVA.....	16
2 – A AGRICULTURA FAMILIAR LEVANDO UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL À ESCOLA ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS.....	18
2.1 Projetos implementados em parceria com a agricultura familiar.....	20
2.1.1 Pesquisa 1 – “Alimentação escolar e aquisição de alimentos da agricultura familiar: um estudo no estado da Bahia Saúde mental e trabalho no contexto da educação infantil”.....	20
2.1.2 Pesquisa 1 – “Agricultura familiar e suas estratégias de resistência na campanha gaúcha: o caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica – Manoel Viana/RS”.....	20
2.1.3 Pesquisa 1 – “Agricultura familiar em escolas estaduais do município de Duque de Caxias: arranjos operacionais e processos educativos”.....	21
2.1.4 Pesquisa 1 – “A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná.....	22
2.1.5 Pesquisa 1 – “Fatores que caracterizam agricultores familiares que acessam o programa nacional de alimentação escolar”.....	23
2.1.6 Pesquisa 1 – “Alimentação na escola pública: a presença da agricultura familiar”.....	24
3 – ESTRUTURA E DESAFIOS DA ALIMENTAÇÃO PÚBLICA ESCOLAR.....	26
3.1 Políticas públicas e alimentação escolar: o PNAE.....	26
3.2 Desafios da agricultura familiar e sua contribuição na alimentação escolar.....	32
3.3 – O papel da escola e os agentes envolvidos: o PPP.....	39
4 – METODOLOGIA.....	42
4.1 Cartilha informativa sobre a importância de se promover uma alimentação escolar saudável.....	45
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	69
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....	70

1 - INTRODUÇÃO

Nascida em Muqui, cidade interiorana do Espírito Santo, após o término do Ensino Médio ingressei na faculdade de Nutrição pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) em 2006 de onde saí graduada em 2010 após grande esforço e dedicação. Consegui publicar meu primeiro artigo na Revista Rede de Cuidados em Saúde (2009)¹ em 2010, intitulado “Anemia Ferropriva em Crianças” como forma de buscar um maior aperfeiçoamento profissional e seguir desenvolvendo meu trabalho com seriedade e eficácia daí por diante.

No mesmo ano consegui meu primeiro emprego na Nutrindus Alimentos onde permaneci por seis meses até surgir uma nova proposta de trabalho, que aceitei de imediato por entender ser melhor para mim em vários sentidos, e me uni à empresa Lc Administração de Restaurantes no Estado do Rio de Janeiro no qual permaneci de 2011 a 2013.

Aproveitei esse período para iniciar minhas especializações, duas Pós-graduações que realizei pela Faculdade São Francisco - uma em Saúde Pública e a outra em Gestão de Programas de Saúde da Família - no polo Cachoeiro de Itapemirim/ES. No final dessas especializações recebi outra proposta de emprego da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa Socorros, também no Estado do Rio de Janeiro, onde ingressei e fiquei até meados de 2016, momento triste em que tive que retornar à minha cidade devido ao estado de saúde meu pai que se agravou e me fez repensar a dor de já estar longe dele e a necessidade de voltar.

E foi o que fiz quando resolvi largar o meu emprego e voltar para o Espírito Santo para junto com minha família e junto podermos cuidar dele. A partir desse momento, minha vida mudou assim como meus objetivos que passaram a ter como foco os processos seletivos na região sul do ES. Comecei a fazer os concursos que surgiam e graças a Deus obtive êxito no processo Seletivo de Presidente Kennedy onde iniciei meu trabalho em 2016 pela Secretaria de Saúde e hoje me encontro lotada na Secretaria de Educação - além de atuar como nutricionista pela Prefeitura de Mimoso do Sul.

A escolha do tema em questão para ser desenvolvido neste estudo se deu pela união da minha graduação em Nutrição e o interesse de se promover ações para proporcionar uma alimentação saudável para as crianças da rede pública municipal de educação com o uso da agricultura familiar, ainda sem empregos excessivos e perigosos de agrotóxicos.

A importância da agricultura familiar em todo o mundo foi confirmada pela Organização das Nações Unidas e a FAO¹ quando declararam o ano de 2014 como “Ano Internacional da Agricultura Familiar”, em especial por ser um dos componentes mais eficazes da agricultura na produção de alimentos, seja nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos. Baseada na força de trabalho familiar e calcada sobre a particularidade da sustentabilidade dos recursos naturais e do meio ambiente, passou a ter um lugar crucial em todo o mundo, uma força que ajuda a gerir 88% das empresas agrícolas do mundo, todas, em sua maioria com menos de 2 hectares de produção, segundo Hazell et al. (2010).

A agricultura, que sempre foi uma das bases da economia brasileira desde o período colonial, mesmo com o advento da indústria e demais meios de produção nas grandes metrópoles, em municípios no interior do Espírito Santo, como Mimoso do Sul, ainda desempenha um papel fundamental na economia local, na forma de agricultura familiar, movimentada por incentivos governamentais que proporcionam seu desenvolvimento e a viabilização de uma logística que impulsiona o crescimento da economia rural.

Em junho de 2009 entrou em vigor a Lei 11.947/09 que versa e dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar da educação básica cuja exigência impõe que 30% do orçamento alimentar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) seja usado para comprar alimentos diretamente da agricultura familiar.

Seu art. 14 estabelece de forma específica que pelo menos 30% dos alimentos na merenda escolar devem ser comprados diretamente da agricultura familiar e das empresas rurais locais, priorizando os agricultores reassentados (ex-sem-terra), comunidades indígenas tradicionais e quilombolas como forma de apoiar o desenvolvimento econômico local. Trata-se de uma iniciativa ímpar em nível mundial que faz do Brasil o primeiro país, devido ao conteúdo do 14 da 11.947/2009, a exigir, por lei, uma ligação entre alimentação escolar e a produção agrícola, a mais nova de uma série de mudanças no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Dados estatísticos do Ministério da Educação revelam que o PNAE, com um orçamento de R\$3,1 bilhões atendeu a 45,6 milhões de estudantes de escolas públicas em 2010, dando seguimento ao seu objetivo maior que é o de [...] atender às necessidades nutricionais dos alunos durante a escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem

¹ FAO. 2000 World Census of Agriculture: Analysis and international comparison of the results 1996-2005. Rome, FAO, 2013a.

e o desempenho acadêmico dos alunos e promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2011).

A aquisição dos produtos da agricultura familiar é realizada por meio de chamada pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. Seu exercício se dá através de pequenos produtores que fornecem diversos produtos (verduras, frutas e hortaliças) recebidos pelo setor responsável da secretaria de Educação, que os seleciona e entrega para a merenda nas escolas municipais.

Ao avaliar a questão da qualidade dos serviços e produtos, apesar da eficiência encontrada em grandes empresas do setor, na agricultura familiar nota-se uma maior preocupação em priorizar as práticas tradicionais de cultivo com a minimização do uso de agrotóxicos e o baixo impacto ambiental, o que a torna uma grande aliada da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Há uma relação entre a aprovação do art. 14, já destacado nesta redação, e a crescente atenção que a comunidade internacional vem dando à relação entre agricultura, nutrição e saúde, de onde se destaca o *World Food Programme* (WFP) (programa mundial de alimentos) numa abordagem inovadora que vem ligando programas de refeições escolares a pequenos agricultores locais para fornecer uma alimentação adequada a milhões de crianças em idade escolar em 46 países com alimentos seguros, diversos, nutritivos e, acima de tudo, locais.

Trata-se de uma grande iniciativa que une o governo municipal, a agricultura local e a escola, todos, em prol de uma alimentação adequada para nossas crianças da educação básica na redução da desnutrição e doenças não transmissíveis na escola, onde o setor agrícola desempenha o papel mais importante, uma ação que certamente exigirá um envolvimento intersetorial da comunidade escolar.

Este trabalho abordou em seu capítulo 2 os resultados de buscas de pesquisas em repositórios/catálogos, a partir dos descritores “agricultura familiar”, “alimentação saudável”, “alimentação escolar saudável”, utilizados conjuntamente, e que hospedam dissertações e teses, mais precisamente a plataforma CAPES, realizadas em setembro de 2018, obtendo seis (06) resultados que de forma direta ou indireta, tinham relação com o projeto de pesquisa e dialogam com a nossa proposta. No capítulo 3 o referencial teórico abordou as políticas públicas e alimentação escolar, através do programa nacional de alimentação escolar (PNAE), assim como os desafios da agricultura familiar e sua contribuição nesse processo e o papel da escola e dos agentes envolvidos. Seguindo a isso, ainda nesse capítulo, destacar-se-á o papel da

escola e dos agentes envolvidos na promoção de uma alimentação escolar saudável em parceria com a agricultura familiar. O capítulo 4 trará a metodologia utilizada neste estudo e, ao final, a ilustração de uma cartilha informativa confeccionada sobre a importância de se promover uma alimentação escolar saudável a ser impressa e distribuída nas escolas municipais como forma de se promover uma mudança de hábitos alimentares nesses alunos.

O capítulo 5 trará as discussões e resultados do contato com os agricultores familiares do município de Mimoso do Sul-ES e a experiência realizada na área de ações e políticas públicas para prover e incentivar a parceria entre agricultores familiares e escola na implementação de uma alimentação saudável para alunos da rede pública municipal. E, por fim as considerações finais que revelarão as características, desafios e peculiaridades da relação entre agricultores familiares e escola na promoção por uma alimentação escolar saudável no município de Mimoso do Sul.

1.1 PROBLEMA

A maioria das crianças frequentadoras do ensino público municipal ainda pertence à classe baixa sendo carentes de recursos e condições econômicas que lhes permitam uma alimentação saudável ao longo do dia. Esse quadro torna o ambiente escolar propício à implementação de um programa de alimentação saudável que minimize uma provável carência nutricional que possam vir a adquirir ao longo dos anos podendo vir a comprometer o desenvolvimento físico e intelectual de alguns.

Daí emerge o problema de pesquisa: Como as ações relacionadas ao PNAE estão sendo efetivamente implementadas e se estão se fortalecendo o propósito de oferecer uma alimentação saudável nas escolas da rede pública do município de Mimoso do Sul?

A partir da questão investigativa formularam-se os objetivos geral e específicos abaixo:

1.2 – OBJETIVOS

1.2.1 – Geral

Fortalecer a discussão entre os profissionais da educação, saúde e agricultura de Mimoso do Sul-ES sobre a importância da agricultura familiar no oferecimento de uma alimentação saudável nas escolas públicas municipais.

1.2.2 – Específicos

- Identificar ações e políticas públicas existentes no município de Mimoso do Sul-ES para promover e incentivar a parceria entre agricultores, família e escola com o objetivo de implementar uma alimentação saudável;
- Analisar a forma como se dá a interação entre os entes envolvidos nos programas da agricultura familiar e a escola.
- Discutir através do Projeto Político Pedagógico da escola, junto à comunidade e os agricultores familiares, a viabilidade de se fazer uma parceria com o poder público de um projeto voltado para a alimentação saudável de nossos alunos;
- Desenvolver um caderno pedagógico em parceria com as áreas da educação, saúde e agricultura, que funcione como um guia didático, levantando a importância da agricultura familiar na alimentação nas escolas públicas do município.

1.3 – JUSTIFICATIVA

Muito já se foi dissertado acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerado um instrumento de política pública garantidor, através da inserção de recursos financeiros, da alimentação escolar dos alunos da educação básica de escolas públicas e filantrópicas. Em especial fala-se ainda sobre seu objetivo maior que é o atendimento às necessidades nutricionais de nossos alunos e a contribuição direta para seu crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Para tal, dados do Ministério da Educação que dizem respeito ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que versam sobre o programa, dissertam que deve se adquirir os produtos para nossas escolas oferecerem aos alunos de agricultores familiares cadastrados para essa finalidade, estimulando-se assim a produção de alimentos orgânicos mediante o acréscimo 30% do valor de mercado para os alimentos orgânicos (BRASIL, 2008).

Dessa forma, trata-se de um instrumento importantíssimo para assegurar aos estudantes da educação básica o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias àqueles em situação de instabilidade alimentar e nutricional, promovendo ainda a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

A importância e relevância de se desenvolver esse tema que aborda o papel da agricultura familiar na promoção de uma alimentação saudável na rede pública de educação, se deve pela essencialidade de se assegurar justamente o acesso à alimentação escolar saudável para os alunos, solucionando as carências nutricionais encontradas e produzindo melhorias na aprendizagem, através da melhora no desempenho cognitivo das crianças e adolescentes.

2 – A AGRICULTURA FAMILIAR LEVANDO UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL À ESCOLA ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS

Neste capítulo, considerando que a proposta de pesquisa visa promover a importância da agricultura familiar para uma alimentação saudável dos alunos da rede municipal de Mimoso do Sul, apresentaremos os resultados de buscas de pesquisas em repositórios/catálogos que hospedam dissertações e teses, realizadas no mês setembro de 2018, com objetivo de fazer um levantamento de títulos que dialogam com a nossa proposta.

Posteriormente, realizou-se a análise dos trabalhos selecionados, tomando-os como ponto de partida das nossas reflexões de forma a considerar o objeto de estudo e as bases teóricas que direcionam essa proposta de pesquisa. Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o repositório da Biblioteca Nacional Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD). A partir de buscas com base em descritores que eram comuns ao nosso objetivo de pesquisa, realizou-se a seleção dos trabalhos por meio da leitura dos títulos, seus resumos e introduções para identificar aqueles que dialogam com o objetivo deste estudo.

Após esse movimento de seleção dos trabalhos, fomos acessando cada trabalho individualmente a fim de fazer a leitura da introdução, da metodologia e da conclusão, e assim estabelecer um diálogo em que pudéssemos apontar os distanciamentos e aproximações com nossa proposta de trabalho.

O processo de pesquisa e seleção por meio da plataforma CAPES se repetiu diversas vezes nos acessos ao site à procura por trabalhos com alguma relação direta com o tema. Some-se isso as possibilidades de refinamento de busca disponibilizadas por esse catálogo não serem tão eficientes para delimitação dos trabalhos de forma que se torne a pesquisa mais objetiva.

Descrevendo mais detalhadamente a forma como realizamos o processo de investigação, iniciamos pela busca de trabalhos a partir dos descritores “Agricultura Familiar”, “Alimentação Saudável”, “Alimentação Escolar Saudável”, utilizados conjuntamente. Após acesso à plataforma CAPES obtivemos seis resultados que, de forma direta ou indireta, tinham relação com o projeto de pesquisa por trazer no título palavras usadas como descritores.

Trata-se das seguintes dissertações: “Alimentação escolar e aquisição de alimentos da agricultura familiar: um estudo no estado da Bahia” de ACCIOLY (2014), “Agricultura

familiar e suas estratégias de resistência na campanha gaúcha: o caso do rincão dos saldanhas e do Cerro da Jaguatirica – Manoel Viana/RS” de CUNHA (2013), “Agricultura familiar em escolas estaduais do município de Duque de Caxias: arranjos operacionais e processos educativos” de ALMEIDA (2017), “A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná” de SCHNEIDER (2014), “Fatores que caracterizam agricultores familiares que acessam o programa nacional de alimentação escolar” de SILVA (2015) e “Alimentação na escola pública: a presença da agricultura familiar” de autoria de SANTOS (2014).

Dando continuidade à investigação com base nos mesmos descritores mencionados anteriormente, finalizou-se esse movimento de busca de pesquisas na CAPES trazendo no quadro abaixo as dissertações utilizadas.

Quadro 2. Teses e Dissertações do catálogo da CAPES relacionados ao tema deste trabalho

TÍTULOS SELECIONADOS	AUTOR(A)/ANO
“Alimentação escolar e aquisição de alimentos da agricultura familiar: um estudo no estado da Bahia”.	ACCIOLY (2014)
“Agricultura familiar e suas estratégias de resistência na campanha gaúcha: o caso do rincão dos saldanhas e do Cerro da Jaguatirica – Manoel Viana/RS”	CUNHA (2013)
“Agricultura familiar em escolas estaduais do município de Duque de Caxias: arranjos operacionais e processos educativos”	ALMEIDA (2017)
“A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná”	SCHNEIDER (2014)
“Fatores que caracterizam agricultores familiares que acessam o programa nacional de alimentação escolar”	SILVA (2015)
“Alimentação na escola pública: a presença da agricultura familiar”	SANTOS (2014)

Uma análise com os trabalhos selecionados será feita para estabelecer um diálogo e evidenciar as aproximações em relação à proposta de pesquisa.

2.1 PROJETOS IMPLEMENTADOS EM PARCERIA COM A AGRICULTURA FAMILIAR

2.1.1 Pesquisa 1 – “Alimentação escolar e aquisição de alimentos da agricultura familiar: um estudo no estado da Bahia Saúde mental e trabalho no contexto da educação infantil”.

Esse trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado apresentada por Juçara Ana Bastos da Costa Accioly no ano de 2014, ao programa de pós-graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia.

Sua escolha se deve a relevância de ter abordado fatores que influenciaram a implementação da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios do Estado da Bahia considerando a perspectiva dos nutricionistas responsáveis técnicos atuantes nestes municípios, cujos dados foram elaborados através de um questionário com perguntas fechadas e abertas enviadas online para que opinassem sobre esta relação.

Somem-se a isso os dados estatísticos produzidos que levaram à uma estimativa sobre as razões elencadas para adquirir os produtos da agricultura familiar para o PNAE, de onde se destacam os aspectos legais, nutricionais, culturais e o fortalecimento da economia local, além, claro, da disponibilidade de alimentos. Outro ponto destacado pelos responsáveis técnicos foi o fato de a maioria dos produtos ser do município e região, de agricultores individuais e grupos formais, que fornecem frutas, legumes e verduras foram em sua maioria. Eles ressaltam em sua maioria que a implementação da exigência legal foi positiva e é preciso haver aperfeiçoamento desta relação.

2.1.2 Pesquisa 1 – “Agricultura familiar e suas estratégias de resistência na campanha gaúcha: o caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica – Manoel Viana/RS.”

Esse trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado apresentada por Alecsandra Santos da Cunha no ano de 2013 ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração Produção do Espaço e Dinâmica Regional, da Universidade Federal de Santa Maria, RS.

Um ponto que chamou atenção neste trabalho foi o destaque dado à inconsistência das políticas públicas voltadas para atender a agricultura familiar, mesmo sendo o Brasil um país com fortes raízes agrárias. A autora lembra que a agricultura familiar muitas vezes subsiste na invisibilidade socioeconômica, pressionada pelo agronegócio, de onde destaca o caso das localidades do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica, situadas no município de Manoel Viana/RS, munidos de estratégias de resistência adotadas com o intuito de manter o trabalho e a vida no campo por parte dos agricultores familiares dessas localidades.

Apesar de se buscar formas alternativas e atividades não agrícolas, muitas famílias ainda sucumbem às dificuldades enfrentadas e acabam abandonando o campo. Assim, a autora vem trazer à luz da discussão para responder quais são essas estratégias de resistência que possibilitam às famílias de agricultores permanecerem no meio rural, investigando as formas de resistências, objetivando compreender a agricultura familiar em seu processo de resistência e transformação, forjado por seus sujeitos, na área pesquisada; e porque muitas desistem, engrossando as fileiras do êxodo rural.

A inter-relação buscada pela autora entre os processos envolvidos historicamente, com o objetivo de compreender a realidade atual dos agricultores familiares dessas duas localidades também foi de grande valia uma vez que ajudou na compreensão dos mecanismos de resistências encontradas por essas famílias, fundamentais para sua reprodução socioeconômica. No entanto, o papel do Estado enquanto agente fomentador das políticas públicas, ainda se faz insuficiente e ineficaz para que a agricultura familiar alcance autonomia em sua reprodução e seja reconhecida em seu papel socioeconômico.

2.1.3 Pesquisa 1 – “Agricultura familiar em escolas estaduais do município de Duque de Caxias: arranjos operacionais e processos educativos”.

Esse trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado apresentada por Ana Lucia dos Santos Albuquerque de Almeida no ano de 2013 ao programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Neste estudo Almeida (2013) destaca o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerado um dos maiores do mundo na área de alimentação escolar, como garantidor da alimentação para alunos da educação básica através de repasse de recursos do governo federal. Cita-se como progresso o advento da Lei 11.947/09 consolidando a alimentação

escolar como uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional e tornando obrigatória a compra de no mínimo 30% de gêneros da Agricultura Familiar - priorizando os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

No Entanto, ainda existem diversas barreiras enfrentadas pelos gestores escolares quanto à compra destes alimentos, logística de entrega, organização dos agricultores familiares, exigências legais e preconceitos, dentre outros. Para a autora, é preciso haver uma sintonia com esses processos uma vez que o PNAE busca não apenas o fornecimento de refeições, mas o estabelecimento de diretrizes que garantam a promoção de uma alimentação saudável e adequada em sintonia com o direito humano à alimentação adequada.

Daí o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa para investigação e observação direta da realidade da alimentação escolar de duas escolas da rede estadual de Duque de Caxias, através de entrevistas semiestruturadas, desde as compras de alimentos da Agricultura Familiar (arranjos operacionais e processos educativos) para compreender se sua proximidade com a escola contribui realmente para uma abordagem pedagógica e transdisciplinar de educação alimentar e nutricional através dos conteúdos curriculares.

2.1.4 Pesquisa 1 – “A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná”.

Esse trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado apresentada por Mauri José Schneider no ano de 2014 ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste.

Schneider (2014) pautou seu estudo sob a importância de desenvolver uma pesquisa com olhar voltado para a produção de alimentos saudáveis, fortalecimento da agricultura familiar e a comercialização local destes produtos, possibilitando a sistematização de dados referentes às políticas públicas de alimentação escolar implementadas no município de Missal – PR.

Permitiu-se com isso a identificação dos aspectos produtivos e socioeconômicos dos agricultores familiares que fornecem alimentos aos programas de aquisição de alimentos e o PNAE voltado ao desenvolvimento do arranjo produtivo, sua participação na alimentação escolar saudável e promoção do desenvolvimento rural sustentável, conforme os resultados apontados pela pesquisa e verificado nas tabelas construídas na sequência do estudo.

Houve ainda a formulação de um questionário, cuja aplicação e análise possibilitou caracterizar a participação da agricultura familiar na defesa da alimentação escolar saudável no município de Missal. Pode-se contextualizar ainda os fundamentos teóricos políticos da produção da agricultura familiar, programas e ações governamentais do programa de aquisição e alimentos e PNAE, em que se observou um grande avanço nos últimos anos da construção e aplicação de políticas públicas que amparam o sistema da agricultura familiar e alimentação escolar.

Somem-se a isso a reflexão sobre as ações e práticas voltadas para a produção agrícola de forma mais criteriosa, dando atenção privilegiada à agricultura familiar que, diferentemente do agronegócio que trabalha a monocultura e a utilização de agroquímicos, é caracterizada pela interação entre gestão e trabalho, com a diversificação de atividades e culturas em pequena escala, utilizando mão de obra dos membros da família, os quais dirigem todo o processo produtivo.

Também se enfatizou as práticas utilizadas pelos agricultores familiares que contribuem com a sustentabilidade pelo tipo de produção que desempenham respeitando e protegendo o meio. Através da integração das atividades desenvolvidas na propriedade rural mediante a disseminação de práticas fundamentadas na agricultura orgânica e agroecológica, elas têm como princípio a não utilização de agrotóxicos e outros insumos químicos, voltadas para a preservação do ambiente para as gerações futuras.

2.1.5 Pesquisa 1 – “Fatores que caracterizam agricultores familiares que acessam o programa nacional de alimentação escolar”.

Esse trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado apresentada por Flaviana Oliveira Silva em 2015 ao Programa de Mestrado em Agronegócio da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás.

Silva (2015) procurou neste estudo identificar as características dos agricultores familiares que vendem para o PNAE nos municípios de Heitorai, Itaberaí e Cidade de Goiás, no estado de Goiás, são: são cooperados, participam das reuniões das cooperativas, estudaram até o ensino médio, têm até 60 anos de idade, não possuem atividades fora da propriedade, estão a mais de 10 anos na propriedade, estão a menos de 20Km do município, têm mais de 3 unidades de trabalho familiar, possuem hortifrúti como principal atividade produtiva, possuem sistema de irrigação, tiveram acesso a assistência técnica nos últimos dois anos, tem

na olericultura ou fruticultura sua principal atividade produtiva, possuem renda familiar maior que R\$ 3.000,00 e possuem carro ou moto.

No entanto Silva (2015) ressalta que grande parte dos agricultores familiares brasileiros não possuem essas características, mais comuns entre os agricultores familiares do sudeste e sul. A autora destaca que com o objetivo de diminuir a distância entre o PNAE e os agricultores familiares é necessário que a política pública se adeque às condições reais dos agricultores ou que sejam realizadas ações estruturantes para auxiliar os agricultores a alcançar o PNAE.

2.1.6 Pesquisa 1 – “Alimentação na escola pública: a presença da agricultura familiar”.

Esse trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado apresentada por Orvalina Ornelas Nascimento Santos em 2014 ao Centro Universitário Unieuro, Brasília-DF como requisito parcial do Curso de Mestrado em Ciência Política.

Santos (2014) neste estudo também traz à luz da discussão o Programa Nacional de Alimentação Escolar, instituído e sobrevivente a diversos modelos de gestão e execução. Nesse ínterim surge a Lei 11.947/2009 inovando com a obrigatoriedade da compra de produtos da agricultura familiar no percentual mínimo de 30% dos recursos financeiros destinados à alimentação do escolar. Assim, indaga a autora: desde sua efetivação, quais efeitos positivos que advém dessa obrigatoriedade?

Parte-se do pressuposto de ser possível atingir com tal iniciativa o limite mínimo fixado no normativo legal tendo como efeito a melhoria da qualidade nutritiva, oferta de alimentos saudáveis, promoção de bons hábitos alimentares e desenvolvimento local. A busca por essa resposta se deu através de um método comparativo para verificar equivalências e diferenças entre as realidades demonstradas em pesquisas oficiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FND), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos dados relativos aos gastos com produtos da agricultura familiar.

De acordo com a base dos resultados obtidos é possível inferir que a partir da aquisição de produtos da agricultura familiar estimula-se o desenvolvimento de cardápios ricos em nutrientes que propiciem uma alimentação adequada, saudável e a prática de bons hábitos alimentares aos estudantes das escolas públicas. Nessa perspectiva, percebe-se que o PNAE tem contribuído, pois as inovações e o rigor na legislação têm direcionado ações Inter setoriais que estimulam o desenvolvimento local por meio da aquisição de produtos dos

agricultores familiares. Contudo, ainda persistem entraves burocráticos que dificultam a inserção desses produtores no processo de fornecimento de alimentos para a elaboração dos cardápios para a alimentação escolar das escolas públicas.

Apesar das dificuldades é possível vislumbrar nesse estudo o avanço da agricultura familiar como uma fornecedora importante de gêneros para a alimentação dos escolares, ao mesmo tempo em que se fortalece a aquisição de produtos regionais e se eleva a presença de gêneros alimentícios “in natura”, propiciando-se uma alimentação escolar mais equilibrada e saudável, conforme propõe as diretrizes do Programa. Os efeitos sob o aspecto econômico também podem ser observados, pois ao inserir esses produtos no sistema produtivo estimula-se a fixação do homem a terra, reduzindo a grande concentração de indivíduos nos centros urbanos e a diminuição do êxodo rural.

3 – ESTRUTURA E DESAFIOS DA ALIMENTAÇÃO PÚBLICA ESCOLAR

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O PNAE

A fome é um problema permanente que afeta mais de 1,2 bilhão de pessoas, uma situação calamitosa derivada de crises econômicas globais, flutuações nos preços dos alimentos, guerras, conflitos políticos e desastres naturais devastadores que acabam privando milhões de pessoas de algumas regiões mais pobres do mundo de terem acesso à alimentação adequada.

E esse cenário tem sido perseguido por esforços em todo mundo, através de Programas de Alimentação Escolar (PAEs), para se atingir o objetivo de evitar que milhões de crianças não sejam privadas de alguns dos seus direitos humanos básicos como serem alimentadas e irem à escola em busca de uma educação formal que as prepare para uma vida adulta produtiva.

A análise dos artigos revelou efeitos positivos relativamente consistentes da alimentação escolar nas suas diferentes modalidades sobre a ingestão de energia, estado de micronutrientes, matrícula escolar e frequência das crianças que participaram em PAEs em comparação com os não participantes. No entanto, o impacto positivo da alimentação escolar no crescimento, cognição e desempenho acadêmico de crianças em idade escolar recebendo PAEs em comparação com crianças não-escolares foi menos conclusivo.

Esta revisão identifica lacunas de pesquisa e desafios que precisam ser abordados no projeto e implementação de PAEs e apelos por avaliações de impacto baseadas em teoria para fortalecer a evidência científica por trás da concepção, financiamento e implementação de PAEs.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2005), a Organização de Alimentos e Agricultura, uma agência das Nações Unidas estabelecida em 1945 para garantir melhorias na produção e distribuição de alimentos e produtos agrícolas e elevar os níveis de nutrição da população, revelam que os programas de alimentação escolar (PAEs) têm continuamente ganhado popularidade nos países em desenvolvimento, principalmente os afetados gravemente pela fome infantil e desnutrição visando aumentar o período de concentração e a capacidade de aprendizagem das crianças em idade escolar, fornecendo refeições nas escolas para reduzir a fome em curto prazo que pode prejudicar seu desempenho.

Atualmente, existem PAEs em cerca de 70 dos 108 países de renda baixa e média baixa espalhados ao redor do mundo, e a maioria deles foi iniciada e financiada pelo Banco Mundial e seus parceiros de desenvolvimento, incluindo o *World Food Programme* (Programa Mundial de Alimentos), a maior agência humanitária do mundo que trabalha no sentido de fornecer alimentos a mais de 90 milhões de pessoas em cerca de 80 países, sendo aproximadamente 58 milhões de crianças (FAO, 2014).

Alguns desses PAEs evoluíram e foram adotados nacionalmente, enquanto outros ainda dependem da assistência, financiamento e/ou especialização do Programa Mundial de Alimentos e seus parceiros de desenvolvimento em diferentes graus que têm promovido a alimentação escolar em suas diferentes modalidades há anos como intervenções eficazes que ajudam a aliviar a fome e melhorar as habilidades cognitivas e educacionais das crianças.

Para Bundy et al. (2009), quando as crianças recebem alimentos na escola, os pais não apenas recebem incentivos para enviá-los à escola, como também contribuem de forma direta para a erradicação da fome, o alcance da educação primária universal e o fechamento do hiato de gênero, dando às crianças oportunidades iguais para conclusão da escola primária.

Os programas de alimentação escolar familiar fornecem transferência de alimentos para as crianças na escola, de renda para suas famílias e de recursos para as escolas que operam esses programas. Em 2009, o Banco Mundial e o PMA publicaram uma revisão conjunta enfatizando novamente a lógica e os objetivos desses programas onde os três principais objetivos identificados foram fornecer redes de segurança para as famílias absorverem choques sociais e econômicos, melhorar a educação e o desempenho escolar das crianças em idade escolar e melhorar a nutrição e o estado de saúde das crianças. Paralelamente aos três principais pilares ou objetivos desses programas (redes de segurança, nutrição e educação), foi desenvolvido um marco lógico para que eles mapeiem as entradas, saídas, resultados e impactos para cada um dos seus objetivos e fundamentos (KRISTJANSSON ET AL., 2006; p.28).

Nesse sentido, se a nutrição é o objetivo do programa, os resultados identificados são o alívio da fome e a melhoria do status de micronutrientes das crianças em idade escolar cujos impactos pretendidos são a melhora da nutrição e a saúde das crianças beneficiárias, potencializando inclusive as capacidades de aprendizagem.

No entanto, apesar dos benefícios da alimentação escolar estarem bem documentados, ainda permanece certa controvérsia sobre a eficácia dos PAEs. Segundo Kristjansson et al. (2006), especialistas em uma reunião de intervenções em alimentação escolar/alimentação para educação ocorrido em 2000 concluíram que “há pouca evidência de benefícios nutricionais

da alimentação escolar e que a alimentação escolar apenas aumenta a aprendizagem quando outras melhorias na qualidade da escola são feitas”.

Kristjansson et al (2006) ressalta que a presente revisão foi realizada para resumir a literatura nutricional sobre o impacto da alimentação escolar, concentrando-se principalmente na relação entre alimentação escolar e mudanças nos resultados nutricionais e de saúde das crianças em idade escolar e secundariamente em resultados cognitivos e educacionais mais estabelecidos.

Há que se esclarecer as lacunas na literatura sobre a alimentação escolar nos países em desenvolvimento e outros desafios enfrentados por aqueles que implementam esses programas. Além, é imprescindível a necessidade de estudos de avaliação de impacto baseados em teoria para fortalecer a concepção e implementação dos PAEs existentes e futuros (KRISTJANSSON ET AL, 2006).

Quanto ao impacto da alimentação escolar na educação e aprendizagem, Espejo et al (2009) disserta que, além dos resultados nutricionais promissores, estudos trazem a importância e os benefícios de oferecer às crianças em idade escolar refeições escolares e/ou lanches para melhorar certas funções cognitivas e desempenho escolar - especialmente entre crianças desnutridas desfavorecidas.

Assim, a alimentação escolar é novamente de particular importância nos países em desenvolvimento com os maiores percentuais de crianças desnutridas, com baixa escolarização e altas taxas de desistência e repetência lembra Bundy et al (2009). A maioria dos PAEs relatados na literatura demonstram um impacto positivo na matrícula e frequência escolar e seu impacto no desempenho acadêmico mostra efeitos positivos consistentes em testes de aritmética, leitura e escrita, ajudando a melhorar o progresso escolar e reduzindo a taxa de desistência (BUNDY ET AL, 2009).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o primeiro e maior programa social do País na área de alimentação ativo criado no Brasil desde a década de 1950, ainda à época chamado Programa Nacional de Merenda Escolar pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), para reduzir a deficiência nutricional de nossos alunos mais carentes, e assim, segundo Schneider (2014), contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, através da oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricionais.

O PNAE atende alunos dos segmentos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) devidamente matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros (SCHNEIDER, 2014).

Sturion (2002) nos lembra, que com a descentralização do programa na década de 1990, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, e responsável pelo PNAE, designou convênios com estados e municípios para o repasse de recursos financeiros, condicionados à criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em cada estado e município do País - que deveriam fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar e também acompanhar a elaboração dos cardápios, atividade esta que foi incumbida aos estados e municípios. A partir de 1997 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passa a ser o responsável pelo PNAE.

Schneider (2014) detalha de forma objetiva que a “descentralização” da administração da alimentação escolar foi um marco dentro desse programa, momento em que foi possível organizar e racionalizar melhor a logística e custos de distribuição dos produtos, viabilizando o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com os hábitos da população nas diferentes localidades do País, utilizando um padrão alimentar baseado em alimentos processados desde a infância, nos hábitos alimentares das crianças atendidas pelo programa.

Segundo o Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), as realizações do repasse aos municípios passaram a ser feitas baseadas no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (BRASIL, 2001).

Em 2009, com o PNAE em vigor, dispendo sobre o atendimento da alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, foram alteradas as Leis 10.880/04 a Lei 11.273/06, a Lei 11.507/07 e ainda revogou os dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36/01 e a Lei no 8.913/94 estabelecendo, dentre outras coisas como diretrizes e dando providências o seguinte:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos

- alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
- III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;
- V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;
- VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, 2009).

Em sua dissertação Schneider (2014) defende que as diretrizes primárias do PNAE se fundamentam na devida nutrição de nossas crianças inscritas na educação básica regida pelo Estado. Para o autor, a alimentação escolar é um direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado devendo ser promovida e incentivada com o objetivo de atender os princípios por ela estabelecidos e contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentar saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (SCHNEIDER, 2014).

Por isso, reitera acerca da alimentação que, de acordo com o inscrito na lei sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, os cardápios devem priorizar os alimentos *in natura* e os semielaborados (produtos básicos) - momento em que vê-se o favorecimento da agricultura familiar pelas práticas quase que artesanais de cultivo, de onde se destacam alimentos com poucos defensivos agrícolas (agrotóxicos) -, para oferecer pelo menos três porções de frutas e hortaliças por semana e alimentos que apresentem aceitabilidade acima de 85% (SCHNEIDER, 2014).

No entanto, o “privilégio” dado à agricultura familiar pode ser interrompido caso algumas determinações impostas pela Lei nº. 11.947/09 não sejam cumpridas, impedindo assim que seus produtos sejam adquiridos pelo PNAE, que dispensa a aquisição de gêneros da agricultura familiar no momento em que houver impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente, inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros

alimentícios e ainda condições higiênico-sanitárias inadequadas, ou seja, em desacordo com o disposto no art. 25 (BRASIL, 2009).

Vê-se que o Estado procura dentro dos limites legais avançar no fortalecimento e fiscalização da relação entre o PNAE e a agricultura familiar Segundo Santos (2014):

Em relação aos recursos financeiros do PNAE, o Censo Agropecuário do IBGE de 2006 apesar de ter identificado cerca de 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar (84,4% do total), percebeu que apenas 24,3% (80,25 milhões de hectares das áreas) deles estavam ocupados pela agricultura familiar. Em 2010, para aplicação do texto inserido no Art. 14 da Lei nº 11.947/09 e identificação dos grupos alimentares integrantes dos cardápios da alimentação escolar das escolas públicas brasileiras, o FNDE pesquisou o mecanismo das compras dos produtos da agricultura familiar com no mínimo 30% dos recursos financeiros do PNAE transferidos no ano anterior a Estados, Distrito Federal e Municípios (SANTOS, 2014; p. 81).

Somam-se a essas exigências o fato de que o art. 25 ainda requer que os produtos adquiridos para o PNAE sejam devidamente submetidos ao controle de qualidade observando-se a legislação pertinente, como mais um dos requisitos exigidos pela legislação - e que justificariam a não aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar.

No momento em que prioriza os alimentos *in natura* e os semielaborados, assim como direciona seu foco para o oferecimento de refeições balanceadas que ofereçam pelo menos três porções de frutas e hortaliças por semana, além de alimentos com alta aceitabilidade, vê-se que o PNAE reitera o papel do de destaque do profissional nutricionista, responsável pela elaboração da pauta dos produtos para a alimentação escolar, das merendeiras que preparam as refeições, funções imprescindíveis na promoção da saúde no ambiente escolar (BRASIL, 2009).

Da mesma forma o Manual de instruções operacionais para nutricionistas vinculados ao PNAE (BRASIL, 2012) confirma que o nutricionista é o profissional habilitado a assumir o planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação na área de alimentação e nutrição, dentro da secretaria (municipal, estadual e distrital) de educação quanto à alimentação escolar, sempre em consonância com Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN nº 465/2010) que dispõe sobre suas atribuições específicas no âmbito do PNAE, destacando em seu Artigo 3º como atividades técnicas obrigatórias:

- Realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos escolares da educação pública;
- Estimular a identificação de escolares com necessidades nutricionais específicas;
- Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar;
- Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar;
- Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio;
- Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos;
- Planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de teste de aceitabilidade quando se fizer necessário;
- Interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações;
- Participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para aquisição e gêneros alimentícios;
- Elaborar e implementar o Manual de Boas Práticas para serviço de alimentação de fabricação e controle para a Unidade de Alimentação e Nutrição;
- Elaborar o plano anual de trabalho do PNAE
- Assessorar o Conselho de Alimentação Escolar - CAE (CFN N° 465/2010, ART. 3°).

A Resolução 465/2010 fortaleceu o papel do nutricionista quanto às suas atribuições anteriores em relação à alimentação escolar, atualizando-o em relação à legislação do PNAE e impondo-lhe comprometimento em monitorar todo o processo do programa que vai desde o diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos escolares; reconhecimento da vocação agrícola da região; interação com agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, juntamente com a aquisição de seus produtos (MELLO ET AL, 2012).

Dessa forma, no universo do PNAE esse profissional alcança responsabilidades que o conectam a outras áreas importantes do conhecimento: Educação e a Administração.

3.2 – DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA CONTRIBUIÇÃO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Direito da população e dever do Estado, a alimentação ainda possui um grande contingente de pessoas no Brasil que não atingem a quantidade mínima de calorias diárias estabelecidas pelos parâmetros da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (2014) a serem ingeridas para o pleno desenvolvimento humano.

Mas, apesar dos avanços e garantias de acesso em quantidades de alimentos, o que se tem debatido nos fóruns sociais em que se elaboram propostas para segurança alimentar é que,

além das questões quantitativas, devem ser incorporadas as questões qualitativas e de soberania. Para Fernandes (2011) o debate sobre a qualidade implica em estabelecerem-se parâmetros de preços a serem repassados para a aquisição, a conscientização e a capacitação para melhorar as técnicas de preparo dos alimentos, e, o mais importante, a atenção especial à origem dos produtos.

Em suma, o envolvimento direto do agronegócio, definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2011) como o ramo que compreende atividades econômicas ligadas, basicamente, a insumos para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, corretivos, a produção agrícola, compreendendo lavouras, pecuária, florestas e extrativismo, a agroindustrialização dos produtos primários, transporte e comercialização de produtos primários e processados.

Esta última questão, relacionada à origem dos alimentos, não foi tida como prioridade ao longo do tempo, mas se relaciona diretamente com a qualidade da alimentação. Sobre a noção de soberania, se coloca a produção própria do País, em quantidades autossuficientes, sem sofrer abalos conjunturais. Esses dois elementos (qualidade e origem) devem estar aliados e articulados com o desenvolvimento local e regional, valorizando a produção da agricultura familiar.

Nesse sentido, a agricultura familiar chegou à escola como política pública no Brasil, vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) cujo objetivo é o de discutir a interface entre agricultura familiar e alimentação escolar, considerando as barreiras e mecanismos de enfrentamento como, por exemplo, a burocracia, escassez da assistência técnica, resistência a mudanças, fragilidades na organização dos agricultores e gestores públicos. Momento em que, Bevilacqua & Triches (2014) destacam a necessidade de se construir uma interface para enfrentar esses obstáculos com mecanismos de diálogo, intersetorialidade, treinamento e organização.

Alves (2015) destaca que nesse processo, em que se insere a busca pela produção agroecológica e convencional da agricultura familiar, a distribuição desses alimentos até chegar às escolas não é simples. Uma série de questões burocráticas é exigida do pequeno agricultor para que o mesmo tenha o direito de participar das chamadas públicas para a alimentação escolar.

Para Cunha (2013), em um país com fortes raízes agrárias centradas no latifúndio, com políticas públicas voltadas, em grande medida, para o agronegócio, a agricultura familiar não

é atendida de forma eficiente e funcional pelos programas e políticas direcionados ao setor. Muitas vezes subsiste na invisibilidade socioeconômica, pressionada pelo agronegócio. Em alguns casos estratégias de resistência são adotadas com o intuito de manter o trabalho e a vida no campo por parte dos agricultores familiares dessas localidades. É possível perceber, que mesmo buscando formas alternativas e atividades não agrícolas, muitas famílias não resistem às dificuldades que enfrentam e deixam o campo. Quais são essas estratégias de resistência que possibilitam às famílias de agricultores permanecerem no meio rural? Porque muitas desistem, engrossando as fileiras do êxodo rural?

Assim, destacam Bavaresco & Mauro (2012), se os setores mais interessados na implantação desse sistema de integração entre a agricultura familiar e o fornecimento de uma alimentação saudável e mais adequada aos alunos da educação básica se mobilizarem na criação de mecanismos para enfrentamento e superação desses obstáculos através do diálogo, interseccionalidade, treinamento e organização, estimular-se-á o estabelecimento e fortalecimento das relações de confiança que promovem a conscientização de ambas as partes sobre a importância do PNAE e a realização dos ajustes necessários para atender aos requisitos do programa, seus objetivos e diretrizes.

Para Alves (2015) a falta ou excesso de alimentos traz graves consequências: a fome, obesidade, além de fome oculta, carências nutricionais e doenças não transmissíveis. Duas condições em total oposição, que levam à degradação do corpo humano. Aqui trataremos também da fome, uma vez que ela foi a origem das políticas públicas voltadas à alimentação e nutrição no Brasil, entre elas o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foco desta pesquisa.

É válido lembrar que o conceito de (in) segurança alimentar e nutricional ampliou-se consideravelmente e implica numa dimensão qualitativa, de contaminação química, socioambiental e até do excesso de comida e distúrbios causados pela má alimentação, e não só pela carência da mesma. A política pública mais antiga do país e o segundo maior programa de alimentação escolar do mundo, o PNAE serve de inspiração para outros países, ao integrar a produção dos pequenos agricultores às mesas escolares (ALVES, 2015).

Com o PNAE todos os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias conveniadas, são atendidos com recursos financeiros da União por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Programa, implantado em 1955, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e melhoramento do rendimento escolar dos alunos, assim como a formação de

hábitos alimentares saudáveis.

Segundo dados de Soares et al. (2015), a partir de 2009, com a Lei nº 11.947, 30% do valor foram direcionados à compra direta de produtos da agricultura familiar. Os valores repassados a cada dia por aluno variam de R\$ 0,30 do ensino fundamental, médio, jovens e adultos, a R\$ 1,00 para creches e ensino integral. A sociedade acompanha e fiscaliza por meio de Conselhos, do Tribunal de Contas e Ministério Público, dentre outras instituições.

Se antes as crianças se alimentavam com enlatados cheios de conservantes e comidas processadas, sobretudo por causa do poder das grandes indústrias de alimentos, que sempre dominaram o setor com produtos altamente calóricos e menos nutritivos, hoje é possível ver em suas refeições frutas, hortaliças, verduras, dentre outros produtos saudáveis, inclusive regionais, que há tempos tinham se perdido nos hábitos locais.

Essa nova realidade é corroborada pelos relatórios do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar CECANE/RS (2011) numa pesquisa realizada por Santos (2014) cujos dados estatísticos revelam:

1. Cereais, tubérculos e raízes, arroz branco, macarrão, batatas, pães e biscoitos, tiveram a maior oferta no cardápio da alimentação escolar nas escolas públicas;
2. As frutas atingiram índices de 70,5% em média em diversas regiões do País, com exceção do norte (53,5%). Ali observou-se a ausência de 37,2% de vegetais não folhosos e 90,1% de vegetais folhosos; O grupo das carnes e ovos teve ofertas mais significativas nos cardápios, ou seja, carne bovina (79,6%), frango (66,4%) e ovos (37%);
3. Em 72,2% dos cardápios encontrou-se a presença do leite e 10,6% de queijo, embora conste a presença em mais de 50% dos cardápios;
4. Nos temperos, o sal esteve presente na composição dos cardápios com uma média semanal de 1,9g;
5. Legumes como o feijão apareceu em 47,1% dos cardápios, a margarina em 31,8% e óleo de soja em mais de 90%;
6. Verificou-se uma elevada ingestão de conservas de vegetais e preparações salgadas (seletas de legumes, conservas de batata e cenoura, almôndegas, arroz à grega, formulados para risoto, carne bovina, de frango e suína enlatada), aproximadamente em 38,7% dos cardápios.
7. Concluindo, percebeu-se uma melhoria nos grupos alimentares nos cardápios das escolas públicas observando-se em 66,3% dos Estados e Municípios a aquisição de produtos da agricultura familiar para utilização na alimentação ofertada aos estudantes das escolas públicas.

Em outra pesquisa de Santos (2014), dessa vez no ano seguinte, levantou-se outra realidade através dos dados do CECANE/RS (2012) onde se percebeu:

1. Em 73% dos municípios brasileiros se compra gêneros alimentícios da agricultura familiar sendo a Região Sul a que apresentou o maior (95%) dos municípios; Os menores percentuais estavam nas regiões Norte (62%) (Amapá e Roraima) e Centro-Oeste (25%). Na região Nordeste, o menor percentual foi do Piauí com 44,2%.
2. Em 149 municípios o processo de aquisição de produtos estava se iniciando sendo que 31 municípios haviam suspenso a aquisição iniciada no ano de 2011;
3. Em 31% dos municípios as informações eram de que havia a aquisição de produtos orgânicos, sendo o melhor índice apresentado pela Região Sul, seguida pelo Estado da Paraíba (Nordeste) e pelo Estado de Santa Catarina, na região Sul, mais de 40%;
4. Goiás (19,9%), Alagoas (18,6%), Sergipe (17,3%), Amapá (12,5%), Rio de Janeiro (15,8%) e São Paulo (18,8%) surgiram como os Municípios com o menor percentual de aquisição de orgânicos;
5. A maior parte dos Municípios (95,6%) que participaram da pesquisa afirmou conhecer a existência de lei que obriga, no mínimo, 30% dos recursos financeiros do PNAE para a aquisição de produtos alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos das escolas públicas;
6. Cerca de 81,4% (3.841 municípios) utilizam a chamada pública para a aquisição de produtos da agricultura familiar;
7. Concluindo, cerca de 31% dos municípios que responderam à pesquisa compraram produtos orgânicos e 75% justificaram a não aquisição devido a ausência de disponibilidade (65%) e variedade (61%), ausência de certificação (52%) e preços praticados (37%). Atribuíram à baixa qualificação dos agricultores familiares principalmente na produção (41%) e na comercialização (18%) como as dificuldades encontradas.

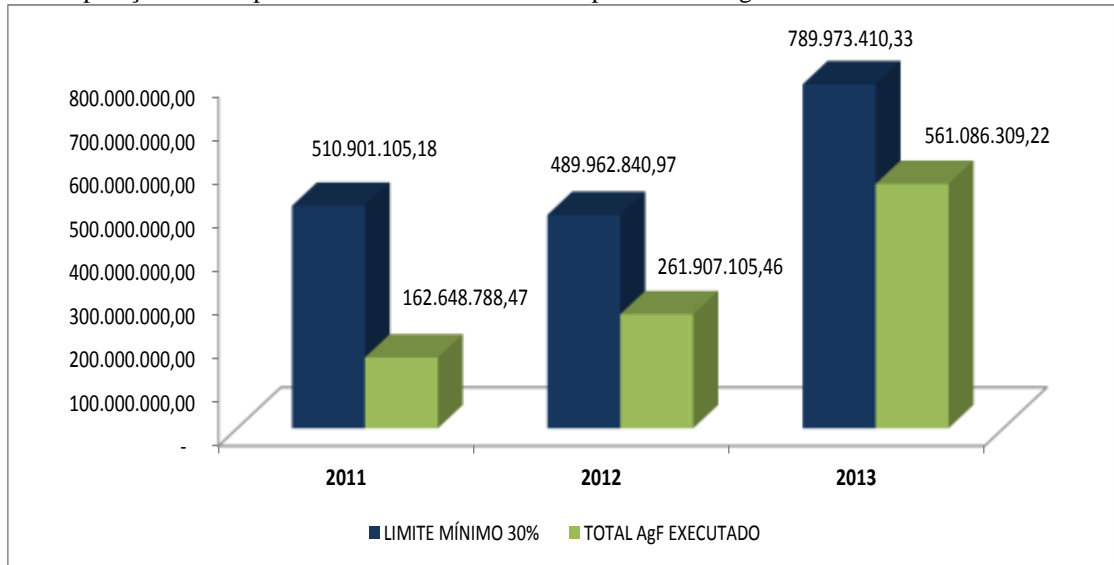
Essa realidade começou com a agricultura familiar no Brasil no momento em que chegou à escola como uma política pública vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através da Lei 11.947 que entrou em vigor em junho de 2009. Trata-se do programa social mais antigo do governo federal brasileiro no país na área de alimentação e nutrição e considerado um eixo de políticas públicas nesse campo.

Domene (2008) lembra que, com o advento desse novo modelo, permitiu-se melhorar a alimentação escolar e diminuir a oferta de alimentos processados, pré-cozidos e desidratados, antes muito comuns no cardápio das crianças.

Com a atualização da legislação que rege o programa em 2009, pela Lei Federal nº 11.947, estabelecendo novas diretrizes para a merenda escolar no Brasil e vinculando a agricultura familiar ao PNAE, passou-se, através do seu artigo 14 a investir pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal para cidades do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de alimentos saudáveis produzidos por agricultores familiares locais - aqui a preferência deve ser dada aos alimentos orgânicos, bem aos produzidos por comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária (BRASIL, 2009). Uma questão inovadora que se destaca na aquisição de alimentos para alimentação escolar e ainda expressa apoio ao desenvolvimento local sustentável, fortalecendo pequenos agricultores.

No entanto, ainda existe uma distância entre os recursos financeiros disponíveis através do PNAE para aplicação na agricultura familiar e o que realmente se investe nesse processo, conforme destaca o gráfico disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em consonância com o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) – um instrumento utilizado para realização das prestações de contas dos recursos advindos do FNDE.

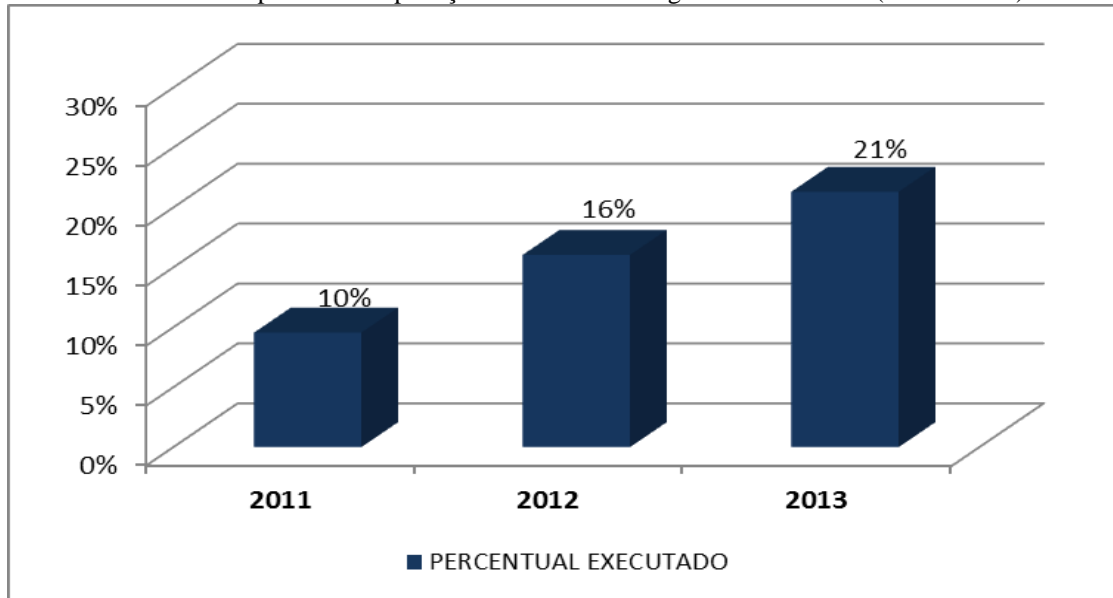
Gráfico 1. Comparação entre o percentual da lei e os recursos aplicados na Agricultura Familiar de 2011 a 2013



Fonte: Adaptado do FNDE/SiGPC (BRASIL, 2014).

Percebe-se pelo exposto que, apesar de ainda não se ter investido a totalidade dos recursos financeiros advindos do PNAE para a aquisição de produtos da agricultura familiar, houve uma evolução de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 2. Análise comparativa da aplicação de recursos na Agricultura Familiar (2011 a 2013)



Fonte: Adaptado do FNDE/SiGPC (BRASIL, 2014).

Somente em 2011, dos cerca de R\$1,7 bilhões em recursos financeiros disponibilizados pelo programa apenas R\$162,6 milhões (cerca de 10%) foi investido conforme estabelecido por lei. Em 2012 notou-se um crescimento no percentual, pois, dos R\$1,6 bilhões investidos, aplicou-se R\$256 milhões (16%), também não atingindo o limite da Lei. E em 2013, aplicou-se R\$ 336 milhões (21%) valor ainda inferior ao previsto na legislação.

O PNAE tem disseminado na sociedade os princípios da promoção da alimentação adequada e saudável, e nos convoca a continuar enfrentando os enormes desafios para a sua universalização. A produção familiar tem promovido uma verdadeira transformação, ao permitir que alimentos mais saudáveis e com forte apelo regional possam ser consumidos diariamente pelos alunos de todo país. Isso significa a melhoria na alimentação de aproximadamente 48 milhões de crianças e adolescentes Brasil afora.

Na visão de Baccarin et al. (2012) antes, de maneira geral, a alimentação escolar era feita com produtos processados e com pouca diversidade, possivelmente fracos em vitaminas e sais minerais, que são encontrados em abundância em frutas e verduras, oferecidas com a inclusão da agricultura familiar. Isso tem possibilitado o consumo de um produto mais nutritivo e fresco aumentando a qualidade e diversidade de alimento.

3.3 – COMO OS ALIMENTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PROPORCIONAM UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

O Projeto Político Pedagógico (PPP), um instrumento que reflete a proposta educacional da escola, é um instrumento que também deve ser utilizado pela escola para se desenvolver um trabalho coletivo na direção de se construir uma mentalidade, cujas responsabilidades pessoais e coletivas deverão ser assumidas para execução dos objetivos estabelecidos em prol da comunidade escolar e população local.

Um bom exemplo disso é poder vinculá-lo a uma parceria entre os atores envolvidos no processo de se alcançar uma alimentação saudável através dos produtos da agricultura familiar (agricultores familiares, gestor escolar, membros do Conselho de Alimentação Escolar [CAE], professores, cozinheiras, alunos, poder público, nutricionistas), conduzindo-os ao diálogo, sabendo o que pensam esses diferentes atores sociais em relação ao processo da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, após a implementação da Lei n. 11.947/09 que transformou a letra da lei em realidade.

Nesse sentido Triches & Kilian (2016) lembram que o processo de implementação do Artigo 14 da Lei nº 11.947/09 está estritamente relacionado à emergência de mudanças, de maneira que acaba por envolver as noções de interfaces, domínios e arenas, nos quais a consciência prática e discursiva dos atores é mobilizada para "impor" suas vontades e suas regras aos outros atores. Logo, destaca Giddens (2000), no momento em que são estabelecidas interfaces entre os atores sociais, é possível se verificar os vários tipos de conhecimento existentes, os que surgem no encontro de horizontes, e como se efetiva a incorporação de nova informação e de novos marcos discursivos ou culturais.

Outro ponto importante é bem lembrado por Almeida (2011) que nos fala a forma como o PNAE incita que as distintas interfaces (atores sociais e configurações de conhecimentos existentes a sua volta) a dialogar. Nesse contexto, por exemplo, que o CAE (criado em 1994 por meio da Lei nº. 8.913, sucedida pela Lei 11.947/09, que estabelece que o recurso do PNAE seja repassado apenas às Entidades Executoras que tenham o CAE em funcionamento) surge como uma ponte, um mecanismo fundamental para a plena execução do PNAE, devido, inclusive, à presença de atores-chave nele – some-se ainda a participação em todas as fases do programa como fiscal monitorando e assessorando as entidades executoras na aplicação dos recursos financeiros (ALMEIDA, 2011).

Necessário se faz, portanto, ressaltar Triches & Kilian (2016), saber seus conceitos, suas convergências, reconhecer as divergências e as possíveis reiteraões para entender melhor o processo através desses pontos de vista e assim procurar unificá-los de forma que se unam de maneira recíproca pautados sob relações de confiança e integração.

E parte dessa unificação de pontos de vista deve se dar pelo objetivo do CAE, definido por Bandeira (2012) como um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, cujo objetivo é a realização do “controle social” dentro do PNAE - cujo conceito prevê a participação de diferentes setores sociais nos mais variados níveis de organização da sociedade, com multiplicidades de interesses, de forma que sua participação não se dê de maneira difusa, mas sim institucionalizada (BANDEIRA, 2012).

O Ministério da Educação, através da criação das diretrizes que regem o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e conseqüentemente o PNAE e o CAE determina que o controle social venha ao encontro da necessidade de inovação, tornando-se para isso uma mudança na cultura política.

Trata-se de uma ação organizada, sistemática da sociedade civil sobre o Estado, de um direito público e subjetivo que não se limita ao atendimento dos direitos pessoais, cujo desenvolvimento do seu trabalho leva o controle social a uma luta constante contra o tradicionalismo de pessoas e setores - uma realidade presente em grande parte das fiscalizações no que se refere à aplicação de recursos públicos. Porém, é por meio deste rompimento e inserção de novas visões e interesses que se espera estar garantida a prática da cidadania com envolvimento e fiscalização (BRASIL, 2018).

Machado (2011) entende que através do controle social começa o processo de descentralização na gestão das escolas resultando numa maior aproximação das políticas e dos serviços públicos à população. Dessa forma, se evidenciar a atuação e pontos de vista de gestores, conselheiros e atores do processo de alcance de uma alimentação saudável através dos produtos da agricultura familiar, suas motivações, necessidades e interesses, dificuldades encontradas e estratégias utilizadas para implementação e execução do PNAE, é fundamental na medida em que são produzidos elementos para diminuir a distância e as diferenças que ainda existem na execução de programas e políticas públicas.

Quadro 2. Valor investido na Alimentação Escolar e Agricultura Familiar no município participante da pesquisa

Município	2012		2013		2014	
	Repasse do FNDE R\$	% AF	Repasse do FNDE R\$	% AF	Repasse do FNDE R\$	% AF
Mimoso do Sul	213.048,00	63.914,40	251.640,00	75.492,00	260.900,00	78.270,00

Fonte: Adaptado a partir dos dados do FNDE (2015).

* FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

* AF: Agricultura Familiar

*O cálculo foi realizado com base no repasse dos valores que o FNDE envia para o município investir na alimentação escolar. Dessa forma foi possível calcular, posteriormente, o percentual destinado à agricultura familiar.

A partir dos dados lançados na tabela acima, pode-se ver que, de forma criteriosa, a Prefeitura de Mimoso do Sul, vem conseguindo honrar com os recursos disponibilizados pelo FNDE para o referido município usar responsabilmente com a agricultura familiar, dentro dos percentuais de atendimento do Artigo 14 da Lei 11.947/09, que versa sobre o investimento de 30% do valor na alimentação escolar proveniente da agricultura familiar.

4 - METODOLOGIA

A metodologia que direciona a proposta de pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos, se divide em dois subcapítulos. No primeiro, abordaremos os fundamentos teóricos metodológicos, no segundo o desenvolvimento de um caderno pedagógico em parceria com as áreas da educação, saúde e agricultura, que funcione como um guia didático levantando a importância da agricultura familiar na alimentação nas escolas públicas do município.

Para a realização dessa proposta de pesquisa buscamos uma metodologia que nos possibilite compreender e explicar o objeto e campo de pesquisa, contudo sem ser um pesquisador à parte, atuando como mero observador/expectador, mas estabelecer contato com o objeto a partir de questões conceituais, referenciais teóricos, apreendendo-o de modo crítico, histórico e socialmente.

Demo (2000) acrescenta aqui que a metodologia se dedica à reconstrução da teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos refazendo quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes ao assunto abordado.

Este estudo foi embasado sobre uma pesquisa exploratória com o intuito de, segundo Gil (2008) poder proporcionar maior familiaridade com o problema, explicitando-o, podendo envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado e muitas vezes assumindo a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Procurou-se aqui explorar a temática do papel da agricultura familiar na promoção de uma alimentação adequada dos alunos da educação básica das escolas da rede municipal de Mimoso do Sul-ES e fornecer informações para investigar de forma mais precisa através de pesquisas bibliográficas, por visar uma maior aproximação com o tema que pode ser construído baseado em hipóteses ou intuições.

Köche (2007) destaca que o principal objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo, pois muitas vezes o pesquisador não dispõe de conhecimento suficiente para formular adequadamente um problema ou elaborar de forma mais precisa uma hipótese. Nesse caso, defende o autor, é preciso que se desencadeie um processo de investigação para identificar a natureza do fenômeno e apontar as características essenciais das variáveis que se quer estudar.

Ao final desse estudo o planejamento da pesquisa exploratória assume um caráter de estudo de caso exploratório, indicado, segundo Yin (2001), como estratégia nas situações onde o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Esse tipo de pesquisa é um método que visa compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos eventos da vida real e tem como principais características o fato de o fenômeno ser observado em seu ambiente natural sendo os dados coletados por diversos meios e uma ou mais pessoas, grupos e organizações examinados, além de enfocar eventos contemporâneos (YIN, 2001; p.19).

Seus objetivos dentre outros são compreender o evento em estudo e ao mesmo tempo desenvolver teorias mais genéricas a respeito do fenômeno observado buscando com isso explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar o máximo possível a realidade estudada (GIL, 2008).

Nesse estudo de caso foram visitados alguns agricultores familiares da região, assim como quatro pedagogas para uma conversa informal na Secretaria de Educação (Seme) seguida da aplicação de um questionário para levantamento de dados pertinentes ao papel desses dois entes essenciais envolvidos diretamente na promoção de uma alimentação saudável na rede municipal de educação de Mimoso do Sul-ES, suas atribuições, contribuições e pontos que acreditam serem mais relevantes nesse processo.

Essa pesquisa colaborativa buscou, baseado na visão de Ibiapina (2008), uma co-produção de saberes, formação, reflexão e desenvolvimento profissional para, interativamente, transformar determinada realidade educativa. Além disso, ressalta, a pesquisa colaborativa é prática que se volta para resolução de problemas sociais, especialmente aqueles vivenciados na escola, contribuindo com a disseminação de atitudes que motivam a coprodução de conhecimentos visando à mudança da cultura escolar, fortalecendo a ação e abrindo novos caminhos para o desenvolvimento pessoal e profissional, sendo seus pontos forte a dialogicidade, reflexividade, colaboração e co-produção de conhecimentos (IBIAPINA, 2008).

A produção de dados que se deu aqui através do questionário (instrumento metodológico aplicado a 10 agricultores familiares e 04 pedagogas, sujeitos dessa pesquisa), buscando entender melhor a visão desses entes envolvidos no processo, assim como sua importância, pela relação direta que possuem com a implementação de ações que possibilitem oferecer uma alimentação saudável às crianças da rede escolar pública, tema maior deste estudo.

Essa experiência permitiu perceber a visão positiva dos agricultores sobre a comercialização dos produtos para o PNAE, em consonância com os pensamento de Alexandre et al (2014) que discursam que a associação positiva e organizada, entre o cooperativismo e o PNAE, consolida o acesso aos mercados institucionais. Essa afirmação deriva do fato de que, segundo Silva et al. (2013), a falta de organização dos produtores em cooperativa contribui para a dificuldade de acesso de agricultores ao programa.

Triches & Schneider (2010a) enfatizam em um de seus estudos o fato de que, devido a organização ser um fator limitante para o acesso, os mercados institucionais acabam dando incentivos à organização e cooperação dos agricultores. Numa estatística realizada nos municípios estudados, cerca de 90% dos agricultores que não participam das reuniões acabam não vendendo para o PNAE, um reflexo de que o acesso ao programa incentiva a maior participação dos cooperados.

4.1 CARTILHA INFORMATIVA SOBRE A IMPORTÂNCIA DE SE PROMOVER UMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL

ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL



ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA A IMPORTÂNCIA DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA

Autora: Ariana Cristina Moura Nazário (Nutricionista)

Orientação: Prof^ª Dr^ª Katia Gonçalves Castor

Instituição: Faculdade Vale do Cricaré

Ano: 2018

Esta cartilha é parte integrante da Dissertação “O papel da agricultura familiar na promoção de uma alimentação saudável na rede de educação do Município de Mimoso do Sul-ES”

Reprodução e Venda Proibida

Material Experimental

1. INTRODUÇÃO

Este material tem por finalidade esclarecer a importância de uma alimentação saudável em nossas escolas, um tema que vai além da área de saúde, pelo fator prevenção de doenças e a preservação da saúde, que dependem de uma sequência de medidas a serem adotadas para compor um estilo de vida saudável do qual fazem parte o consumo de alimentos variados e adequados nutricionalmente, que devemos ingerir diariamente.

Nessa linha temos os alimentos denominados *in natura* ou minimamente processados, cuja variedade é predominantemente vegetal, base de uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar ambientalmente sustentável, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e organismos geneticamente modificados, como, por exemplo, grãos, tubérculos e raízes, legumes e verduras, frutas, leite, ovos, peixes, carnes e também a água.

Esses alimentos devem substituir os ultraprocessados cujas formulações industriais são feitas inteiramente de substâncias extraídas de outros alimentos como óleos, gorduras, açúcares, amido e proteínas, derivados de constituinte de alimentos (gorduras hidrogenadas e amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com matérias orgânicas, (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e aditivos) para dar aos produtos propriedade sensoriais atraentes (biscoitos recheados, salgadinhos de pacote, refrigerantes e macarrão instantâneo). As formas de produção, distribuição, comercialização e consumo afetam de modo desfavorável a cultura, a vida social e ao meio ambiente, e ainda, favorecem o consumo excessivo de calorias.

Dessa forma, em relação à alimentação escolar saudável, é preciso adequar a composição de seus nutrientes à vitaminas, minerais, fibras, carboidratos, proteínas e gorduras, além de ser composta por alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos, usados para prevenir, destruir ou repelir agentes patogênicos animais ou vegetais nocivos a plantas e animais, pelo risco que apresentam à saúde da população e ao meio ambiente.

2. QUE ALIMENTO ESCOLHER?



Hoje, em praticamente todos os veículos midiáticos, há uma tendência global para que se faça uso de uma alimentação saudável, que busquemos nos orientar para a escolha dos alimentos adequados para compor uma dieta balanceada nutricionalmente, além de saborosa e culturalmente apropriada para, simultaneamente, maximizar nossa saúde e bem-estar.

Essa nova mentalidade está arraigada à relação harmoniosa entre a produção agrícola e o meio ambiente, a partir de sistemas de produção capazes, bem assistidos e produzindo cada vez mais alimentos in natura, advindos de processos produtivos limpos, como é o caso da agricultura familiar.

Esta atitude transforma a relação de integração do ser humano com a natureza e com o bem-estar individual e coletivo cujas escolhas saudáveis começam com o consumo de alimentos produzidos através de processos limpos e com o mínimo e insumos ou agrotóxicos possíveis.

Quadro 1. Alimentos Saudáveis e seu uso no dia a dia da Escola

ALIMENTO	USO	NUTRIENTES	BENEFÍCIOS
FOLHAS			
Agrião	Para sucos, salada (integral) e, os talos para fazer bolinhos, omeletes e sopas.	Vitaminas A, C e do Complexo B.	Combate radicais livres, atua na formação dos ossos, pele; funções da retina, protege o sistema nervoso, age no crescimento, proteção celular, metabolismo de gorduras e proteínas, produção de hormônios, atua no fortalecimento de sistema imunológico, combate radicais livres e aumenta a absorção do ferro pelo intestino.
Alface	Saladas e sanduíches, sucos e chás	Vitaminas A e C e Niacina.	Atua na formação dos ossos, pele; atua no fortalecimento de sistema imunológico, combate radicais livres e aumenta a absorção do ferro pelo intestino; melhora a circulação sanguínea, alivia a enxaqueca, baixa o colesterol e melhora o controle da diabetes
Cebolinha	Usado para pratos de batatas, leguminosas, sopas, carnes, assados, peixes, pratos com ovos, molhos, sanduíches	Vitaminas A e C, sais minerais, cálcio e fósforo.	Atua na formação de tecidos, ossos e dentes; age na coagulação do sangue e na oxigenação dos tecidos; combate as infecções e mantém o equilíbrio de ferro no organismo, Prevenção de pedras nos rins; tratamento de diabetes.
Coentro	Cru, utilizado como tempero ou condimento em sopas, saladas, pratos de carne e de peixe	Vitaminas A e C, sais minerais, cálcio e fósforo	Antioxidante, fortalece o sistema imunológico, melhora a visão e contribui para o crescimento dos cabelos.
Manjeriço	Cru, saladas, sopas, pratos de cordeiro, porco, pratos italianos, peixe e frutos do mar.	Vitamina C, potássio, ferro, cálcio e betacaroteno.	Aumento da atividade dos rins; armazenamento de carboidratos; manutenção da pressão arterial; Indispensável na formação do sangue; atua como veiculador do oxigênio para todo o organismo; auxilia na manutenção da nossa pele e tem uma boa participação para manter a saúde dos nossos olhos. Ele diminui o risco de doenças coronarianas, degeneração macular, acidente vascular cerebral e outros problemas de saúde relacionados à idade.
Repolho	Cru, em saladas, cozido, refogado, recheios de tortas e sopas	Vitaminas A e C.	Combate radicais livres, atua na formação dos ossos, pele; funções da retina, protege o sistema nervoso; atua no fortalecimento de sistema imunológico, combate radicais livres e aumenta a absorção do ferro pelo intestino

TUBÉRCULOS			
Batata doce	Assada, cozida, frita, purês, bolos, pães e doces. As folhas podem ser utilizadas em saladas e refogados.	Carboidratos, vitaminas e sais minerais.	Constituintes estruturais dos tecidos corpóreos como os ossos e dentes e reguladores orgânicos que controlam os impulsos nervosos, atividade muscular e o balanço ácido-base do organismo.
Beterraba	Vitaminas, sucos, refogada, cozida, frita e crua em saladas. As folhas podem utilizadas em ensopados, saladas e refogados.	Carboidratos, rica em açúcar, vitaminas, sódio e potássio	Atuam na composição dos ossos e dentes e reguladores orgânicos que controlam os impulsos nervosos, atividade muscular e o balanço ácido-base do organismo.
Cenoura	Crua, em saladas, pratos salgados, arroz, carnes, sucos, bolos, pães e doces. As folhas podem ser usadas em bolinhos e saladas.	Vitamina A e sais minerais. As folhas, também, são ricas em Vitamina A.	Constituintes estruturais dos tecidos corpóreos como os ossos e dentes e reguladores orgânicos que controlam os impulsos nervosos, atividade muscular e o balanço ácido-base do organismo.
Rabanete	Integralmente, cru, em saladas, refogado e ensopados.	Vitaminas B e C, cálcio, fósforo e ferro	Formação de ossos e dentes; indisponível para o sistema nervoso e muscular; combate o raquitismo; Indispensável na formação do sangue; veiculador do oxigênio para todo o organismo; age na coagulação do sangue; oxigenação dos tecidos; combate as infecções; mantém o equilíbrio de ferro no organismo.
FLORES E VEGETAIS COM SEMENTE			
Brócolis	Cozida, no arroz, saladas e suflês	Cálcio e ferro. As folhas e os talos são ricos em vitamina A	Formação do sangue; veiculador do oxigênio para todo o organismo; Formação de tecidos, ossos e dentes; coagulação do sangue; oxigenação dos tecidos; combate as infecções; mantém o equilíbrio de ferro no organismo; Combate radicais Livres; Atua na formação dos ossos; Pele; Funções da retina
Couve-flor	Cozida, em saladas, gratinadas e empanados	Vitamina A e Sais Minerais	Combate radicais Livres; Atua na formação dos ossos; Pele; Funções da retina
Abobrinha	Cozida, em sopas, saladas, refogados e suflês.	Sais minerais e fibras	Constituintes estruturais dos tecidos corpóreos (ossos e dentes) e reguladores orgânicos que controlam os impulsos nervosos e atividade muscular; reduz os níveis de colesterol e glicemia do sangue.
Beringela	Frita, empanada, como molho, pastas, em lasanha e à parmegiana	Sais minerais.	Constituintes estruturais dos tecidos corpóreos como os ossos e dentes e reguladores orgânicos que controlam os impulsos nervosos, atividade muscular e o balanço ácido-base do organismo;

Chuchu	Refogados, saladas e sucos	Vitamina B, cálcio e fósforo	Atua no metabolismo de enzimas e na proteção no sistema nervoso; Constituintes estruturais dos tecidos corpóreos (ossos e dentes) e reguladores orgânicos que controlam os impulsos nervosos e atividade muscular; reduz os níveis de colesterol e glicemia do sangue.
Milho verde	Cozido, assado cremes, sopas, refogados, suflês saladas, bolos e tortas	Vitamina B1, sais minerais e carboidratos	Constituintes estruturais dos tecidos corpóreos (ossos e dentes) e reguladores orgânicos que controlam os impulsos nervosos e atividade muscular;
Pepino	Saladas e patês	Flúor	Ajuda a reduzir a incidência de cáries nos dentes.
Pimentão	Saladas, refogado, cozido, recheado e patês	Vitaminas A e B e sais minerais	Atua no metabolismo de enzimas e na proteção no sistema nervoso; Constituintes estruturais dos tecidos corpóreos (ossos e dentes) e reguladores orgânicos que controlam os impulsos nervosos e atividade muscular; reduz os níveis de colesterol e glicemia do sangue.
Quiabo	Refogado, frituras e saladas	Vitaminas A e C	Combate radicais Livres; Atua na formação dos ossos; Pele; Funções da retina
Tomate	Saladas, molhos, sanduíches refogado, cozido, recheado, patês e sucos. Podendo ser desidratado	Vitamina A e sais minerais	Combate radicais Livres; Atua na formação dos ossos; Pele; Funções da retina; Constituintes estruturais dos tecidos corpóreos (ossos e dentes) e reguladores orgânicos que controlam os impulsos nervosos e atividade muscular

- Obs.1.** É preciso que as folhas e talos sejam bem lavados em água corrente para eliminar sujeiras e micro-organismos, deixando-se em seguida de molho numa mistura, contendo uma colher de sopa de cloro para 1 litro de água, por 15 minutos.
2. Estes alimentos são ricos em vitaminas, sais minerais e fibras.
 3. É importante sempre escolher consumir folhas novas.
 4. As hortaliças devem ser guardadas na geladeira em sacos plásticos transparentes.
 5. Para melhor preservar os nutrientes, os alimentos da horta podem ser cozidos no vapor.

3. DISCAS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA



Alguns passos são necessários para que nossos alunos tenham uma alimentação e, conseqüentemente, uma vida saudável:

1. Fazer uso de alimentos *in natura* na alimentação escolar;
2. Usar produtos como óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades no tempero e cozimento dos alimentos;
3. Reduzir, ao máximo, o consumo de alimentos processados ou minimamente processados;
4. Adquirir produtos de derivados da agricultura familiar e que tenham a maior variedade de alimentos *in natura* ou minimamente processados;
5. Planejar o uso do tempo para fornecer à alimentação o espaço que ela merece;
6. Procurar fornecer refeições que sejam feitas na hora;
7. Falar aos alunos, de forma crítica, sobre informações, orientações e mensagens sobre alimentação veiculadas em propagandas comerciais.
8. Procurar desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias;

4. OUTRAS DICAS PARA SEREM SEGUIDAS FORA DA ESCOLA PARA UMA VIDA SAUDÁVEL



1. Procurar ingerir pelo menos 2,5 litros de água por dia;
2. Buscar aumentar e variar o consumo de frutas, verduras, grãos e legumes;
3. Sempre ter horários reservados para sua alimentação;
4. Procurar não ficar períodos muito longos sem se alimentar;
5. Evitar o consumo de alimentos de alto valor calórico;
6. Não exceder no uso de óleos para o preparo de alimentos, assim como evitar o consumo de frituras;
7. Evitar o consumo de refrigerantes, fumo e bebidas alcoólicas;
8. Procurar diminuir o consumo de sal e açúcar nas refeições e lanches;
9. Sempre praticar exercícios físicos, ao menos 03 vezes por semana.

5. JUSTIFICATIVA

Fato é que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsável pelo fornecimento da alimentação aos alunos da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas, se consolida como uma dos programas mais importantes para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada de nossos alunos.

Como um dos seus maiores objetivos, ele busca prover subsídios e métodos que visem garantir a independência alimentar de cada escola, seja na gestão de recursos, na organização da oferta de refeições ou na qualidade nutricional dos alimentos oferecidos aos estudantes.

Porém, esse programa enfrenta alguns problemas de difícil superação que acabam tornando mais difícil conseguir se atingir os objetivos almejados, como, por exemplo, a falta de uma fiscalização mais rígida, que acaba conduzindo à corrupção em muitos municípios no gerenciamento dos recursos destinados e levando diversas escolas, principalmente de municípios menores, a ficar sem merenda.

Soma-se a isso o fato de que, em muitas escolas os alunos reclamam da comida que lhes é oferecida na merenda e demonstram interesse em poder escolher os cardápios semanais alegando, inclusive, poucas opções vegetarianas e que não são saudáveis.

Dessa forma essa cartilha tem o intuito a finalidade de prover subsídios e métodos que visem garantir a independência alimentar de cada unidade escolar, tanto na gestão de recursos e organização da oferta de refeições quanto na qualidade nutricional dos alimentos oferecidos aos alunos, concorrendo para uma gestão mais eficiente e autônoma.

A OPÇÃO DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA OS ALUNOS COMEÇA PELO CONSUMO DE ALIMENTOS *IN NATURA* QUE PODEM SER PRODUZIDOS NA PRÓPRIA COMUNIDADE ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR. ASSIM, ESTAREMOS PREFERINDO SEMPRE ALIMENTOS NÃO PROCESSADOS E OPTANDO POR PREPARAÇÕES CULINÁRIAS RICAS EM VITAMINAS E SAIS MINERAIS E CONTRIBUINDO DE FORMA DIRETA PARA UMA VIDA SAUDÁVEL PARA AS CRIANÇAS.

5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho permitiu um contato com os agricultores familiares do município de Mimoso do Sul-ES conduzindo a uma experiência na área de ações e políticas públicas para promoção e incentivo de parceria entre agricultores familiares e escola na implementação de uma alimentação saudável para alunos da rede pública municipal.

Analisando a forma como se dá a interação entre os entes envolvidos nos programas, agricultores e pedagogas, e buscando ainda levantar a sua percepção, os agricultores familiares foram questionados em relação a situações relevantes para o projeto, como, por exemplo, quanto tempo estão na propriedade. Apresentou-se nesse sentido uma associação positiva devido ao fato de que seis dos 10 agricultores familiares entrevistados, ou seja, 60% dos agricultores que comercializam para o programa estão há mais de 10 anos na propriedade. Alguns estudos relacionam também o PNAE ao PAA e afirmam que essa associação é alta, pois, segundo Campos (2011) os agricultores que vendem para o PNAE na maioria das vezes também comercializam via PAA.

Para Camargo et al. (2013) o PAA pode ser visto como uma estratégia de fortalecimento antes de se implementar o PNAE, uma vez que estimula a própria capacidade organizativa e de negociação, mais exigente no PNAE. Dessa forma, ressalta Bezerra et al. (2013), a própria presença do PAA em si no município já é considerado um indicador da sua capacidade de realizar a compra/venda da agricultura familiar.

No que tange à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a maior parte dos agricultores que vendem para o PNAE no município (54%) tiveram acesso a algum tipo de assistência técnica pelo órgão estadual responsável, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), enquanto os agricultores que não vendem, somente 39% tiveram acesso ao serviço.

Alexandre et al. (2014) descreve que, em alguns casos, apesar da presença da assistência técnica ser insuficiente, devido à baixa qualificação, o auxílio técnico na produção é fundamental para que os agricultores consigam oferecer os alimentos em quantidade demandada e de forma constante.

Para os autores, o desafio maior do acesso ao PNAE acaba sendo a sensibilização dos consumidores (gestores escolares e da área da educação), a consolidação de cooperativas de

agricultores familiares e a assessoria para que os agricultores possam produzir de acordo com a demanda e dentro da legislação sanitária.

Por outro lado, defende Saraiva et al. (2013), na maioria dos pareceres emitidos pelos respectivos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) dos municípios, a principal justificativa utilizada para o não cumprimento dos 30% é a inviabilidade de fornecimento regular e constante dos alimentos, provavelmente influenciada pela falta de assistência técnica para os agricultores.

Quando falamos da variável do sistema de irrigação, apresentou-se uma associação positiva com nível de significância refletido pela maioria absoluta (88%) dos agricultores que vendem para o PNAE possuindo sistema de irrigação. Isso pode ser explicado pelo fato de que a maioria (90%) também possui hortifruti como principal atividade produtiva. No caso dos agricultores que não vendem para o PNAE, a maioria (73%), não tem hortifruti como principal atividade produtiva.

No caso dos transportes, a variável também se mostrou positiva pela significância de que todos os entrevistados que comercializam via PNAE possuem carro ou moto. Desses, 75% possuem os dois. Trata-se de uma logística importante, pois ela se coloca como fator limitante para a venda para o PNAE. Em um estudo de Medina et al. (2015), por exemplo, encontramos um levantamento realizado em 27 municípios do Estado de Goiás onde se encontrou apenas 33% dos municípios que disponibilizaram, em algum momento, transporte da prefeitura para apoiar os agricultores que comercializam para o PNAE.

Apesar de os resultados apontarem a importância da presença dessas variáveis para a comercialização de alimentos de agricultores familiares para a alimentação escolar no município de Mimoso do Sul-ES, ainda são minoria os agricultores possuidores dessas características, que se concentram em poucas regiões desse país.

Na visão de Medina et al. (2015) os agricultores familiares que participam ativamente de alguma cooperativa não passam de 5% e concentram a maioria nos estados da região Sul. Em 2012, por exemplo, a região Sul concentrou foi detentora da maior parte dos recursos do PAA (39%) enquanto os piores valores ficaram com a região Norte (6%) e Centro Oeste (7%) (CONAB, 2013).

Souza Filho (2004) ressalta que somente 6,2% das propriedades brasileiras tiveram acesso à assistência técnica ocasional ou regular, De forma contrária a região Sul apresentou uma porcentagem de estabelecimentos agropecuários que tiveram acesso a ATER, dados do censo

de 1995/1996, de 47%. Outro ponto contrastante, segundo Medina et al. (2015) é o fato de que, apesar da importância do sistema de irrigação para a produção de frutas e hortaliças, ela é praticamente ausente no Brasil, exceto na região sudeste.

Esse quadro heterogêneo de agricultores, que se enquadram na definição oficial de agricultor familiar, acaba refletindo no descumprimento da obrigatoriedade de se comprar no mínimo 30% de agricultores familiares. Apesar de serem agricultores familiares, entendem Queiroz Neto & Bergamasco (2013), a maioria dos agricultores brasileiros não se encaixa no perfil que favorece a venda de alimentos via PNAE, pois o termo agricultura familiar é limitado.

Dessa forma, problematiza Medina et al. (2015), diante do perfil do agricultor familiar brasileiro, o acesso ao PNAE acaba restrito a um tipo de agricultor não predominante no país, mais característico dos agricultores sulistas, que possuem condições favoráveis para a agricultura moderna, enquanto a maioria se encontra em condições institucionais desfavoráveis para o próprio desenvolvimento.

Assim, mesmo que a pesquisa não tenha nos levado a todos agricultores familiares localizados na região de Mimoso do Sul-ES, 10 deles foram entrevistados em suas propriedades e locais de trabalho, ou na própria Seme do município de Mimoso, quando apareciam, pôde-se perceber que a compra de alimentos de agricultores familiares para a alimentação escolar, conforme discutido, está alinhado ao paradigma instituído e influenciador da construção do PNAE como política pública da própria agricultura familiar.

Pela análise dos dados levantado nesse estudo, viu-se como necessário fortalecer os agricultores familiares locais pela influência social e sindical (em suas cooperativas) que possuem, assim como a necessidade de se garantir uma produção de alimentos de forma sustentável e possibilitar uma alimentação nutritiva para nossos alunos (um dos objetivos maiores da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do governo).

Outro ponto fundamental a ser ressaltado é a importância de políticas públicas para os agricultores ainda não enquadrados dentro das normas do PNAE e são deixados à margem do processo pelo fato das políticas públicas idealizarem um perfil de agricultor familiar que não é o representante da agricultura familiar brasileira. É preciso apoio para suprimir essa segmentação do tipo de agricultor que esteja apto ou não na elaboração da política pública, que, equivocadamente, falhou na construção da realidade que não é predominante no Brasil.

Hall (2003) destaca em casos como esses a necessidade de mudanças mais complexas, de terceira ordem, ou seja, para se repensar a essência dos problemas para redefinir objetivos,

metas e políticas. No entanto, na pesquisa em questão, as estatísticas refletem não ser possível estabelecer a relação de causa e efeito entre as variáveis aqui citadas e associadas ao PNAE.

Porém é possível entender que o acesso ao PNAE não é uma variável forte o bastante para modificar as principais características dos agricultores familiares em longo prazo em situações-chave como aquisição de meios de transporte, acesso a ATER e tempo de residência na propriedade. Soma-se a isso o fato de que sugestões de incentivo ao cooperativismo, construção da agroindústria e implementação do controle sanitário não se aplicam a todos os municípios e regiões desse país, uma vez que dependem de viabilidade econômica e social.

Mesmo os atores locais tendo capacidade de mudar os instrumentos e auxiliar os agricultores no acesso à política, observou-se que algumas características dos agricultores não podem ser modificadas com ações pontuais. Daí a necessidade de não se direcionar a responsabilidade exclusivamente ao contexto local para resolver os obstáculos da comercialização negando, para tal, a responsabilidade do PNAE, como política federal, junto ao desenvolvimento rural.

Observou-se no desenvolver deste estudo que o PNAE, como política exclusiva da alimentação escolar deve ter como objetivo maior oferecer alimentos saudáveis ao seu público-alvo original, os estudantes, lançando mão da compra da agricultura familiar como instrumento para que o objetivo seja alcançado.

Dessa forma, é preciso que os agentes locais envolvidos na área da educação (pedagogas), saúde e agricultura, devem incentivar agricultores familiares previamente aptos para a agricultura a fornecerem alimentos para a alimentação escolar. Além do foco do PNAE na política de alimentação escolar, existe a via do desenvolvimento rural voltada para garantir a agricultores familiares acesso ao mercado, fazendo com que, nesse caso, o compromisso da política seja, além do fornecimento de alimentos de qualidade aos estudantes, a promoção do desenvolvimento rural local.

No encontro com as pedagogas argumentei como se daria sua interação no programa e a fiscalização, em especial da parte nutricional, uma vez que o objetivo maior se fundamenta sobre o fornecimento de uma alimentação saudável, algo que só é possível através do fornecimento de uma dieta balanceada. Como resposta elas se prontificaram a checar a chegada dos alimentos na escola e acompanhar se o cardápio semanal construído pela nutricionista responsável está sendo seguido à risca no preparo da alimentação dos alunos.

Outro ponto importante ressaltado por mim foi que, na interação com os agricultores familiares, fosse feita ao menos uma visita mensal às propriedades para averiguar o uso excessivo de agrotóxicos, parte essencial para o desenvolvimento de hábitos mais saudáveis para os alunos. Argumentei que a visita informal das pedagogas, representando a escola, seria um indicativo da preocupação com o sucesso dessa parceria que tem como objetivo o fornecimento de produtos naturais e saudáveis. Elas não se opuseram a esse ponto, até que acharam importante dizendo que, na medida do possível e nas oportunidades que surgirem ao longo do mês, devido ao excesso de trabalho e atendimento pedagógico, o farão.

Por fim, lembrei-me de incluir a oportunidade que é o atendimento a pais que ocorre constantemente na escola, para que elas, pedagogas, se disponham a perguntar sobre os hábitos alimentares dos alunos em casa, se os familiares têm notado as implicações positivas do projeto e seus efeitos, verificando assim se pais e mães tem se esforçado para dar seguimento em casa. Elas disseram estar à disposição nesse sentido e que aproveitarão a oportunidade para tais questionamentos e observações somando esforços para alcançar os objetivos deste programa.

Portanto, nesse caso, a compra da agricultura familiar deixa de ser apenas um instrumento para o cumprimento do objetivo maior da política e se torna um meio de desenvolvimento da região ao redor. Uma hipótese que, se verdadeira, revela uma falha no âmbito federal e estadual frente a ações mais abrangentes que tornem o PNAE, de fato, uma política de desenvolvimento rural e acessível a todos.

Em relação ao PPP, por ser um instrumento que reflete a proposta educacional da escola, e que por tal precisava ser usado neste trabalho coletivo para a construção da proposta de uma alimentação mais saudável em nossas escolas municipais, após alguns dos encontros realizados na Seme com os agentes envolvidos, discutiu-se com as pedagogas presentes a possibilidade de se inserir pontos importantes para o ano de 2019.

Ficou decidido que a parceria entre agricultores familiares e a escola, muito bem aceita pelas pedagogas, deveria ser somada ao envolvimento de vários parceiros num Projeto voltado para a educação alimentar e o desenvolvimento de hábitos mais saudáveis para nossas crianças através da inserção de produtos naturais oriundos da agricultura familiar.

Neste Projeto, a ser executado no ano letivo de 2019, a participação de agricultores familiares, gestor escolar, membros do Conselho de Alimentação Escolar [CAE], professores, cozinheiras, poder público e nutricionistas seria usada em palestras ministradas nas escolas

sobre a importância de uma alimentação saudável e a exposição de alimentos cultivados sem uso de agrotóxicos, de forma incentivar os alunos a entenderem melhor como se dá esse processo e o porquê de se fazer uso de uma alimentação mais saudável.

Dentro desse projeto ainda, nas escolas onde for aplicado, seria distribuída a cartilha confeccionada neste estudo, como forma ilustrativa para auxiliar no desenvolvimento de uma alimentação saudável pelo aluno.

CONCLUSÃO

As características dos agricultores familiares que vendem para o PNAE nos município de Mimoso do Sul no estado do Espírito Santo incluem o fato de serem cooperados, terem estudado até o ensino médio, com idade de até 60 anos de idade, não possuem atividades fora da propriedade, estarem a mais de 10 anos na propriedade, com localização não mais que 20Km de distância do município, possuem hortifrúti como principal atividade produtiva, sistema de irrigação, acesso à assistência técnica nos últimos dois anos e terem carro ou moto.

Dessas variáveis, as que apresentaram associação positiva com a venda para o PNAE a uma significância de 10% e, portanto, diferenciaram os agricultores que vendem para o PNAE e que não vendem foram: o envolvimento e comprometimento com o projeto, tempo de residência na propriedade, acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural, utilização de sistema de irrigação, meios de transporte próprios e hortifrúti como principal atividade produtiva.

No entanto, sabe-se que a maioria dos agricultores familiares brasileiros não possuem essas características, mais comuns entre os agricultores familiares do sudeste e sul. Daí, com o intuito de se diminuir a distância entre o PNAE e os agricultores familiares é fundamental a implementação de políticas públicas que sejam adequadas à realidade dos nossos agricultores, com ações que possibilitem uma estrutura para auxiliá-los no alcance do PNAE.

Neste estudo foi possível caracterizar a participação da agricultura familiar na defesa da alimentação escolar saudável no município de Mimoso do Sul - Espírito Santo, pautado sob reflexões geradas a partir do estudo do da produção de alimentos gerados pela agricultura familiar subsidiados por meio do programas PNAE uma política pública desenvolvida pelo governo federal.

Camargo et al (2013) entende que programas como PNAE destinados ao processo de fornecimento de uma alimentação escolar saudável buscam trazer considerações que estão além do assunto e perpassam a simples condição alimentar e nutricional oferecido pelo conjunto. Nesse sentido, os fundamentos teóricos da produção da agricultura familiar, programas e ações governamentais do PNAE, por exemplo, oriundos das políticas públicas no Brasil, busca mais do que a implementação dos programas, subsidiar a permanência do agricultor no meio rural, incentivando a exploração do espaço rural de forma sustentável e racional e permitindo, em último plano, a inclusão social do pequeno agricultor.

Logo, é obvio que os benefícios em longo prazo do PNAE que atuam no processo de transformação do sistema produtivo, através dos subsídios que promovam o crescimento do plantio e da produção, da introdução da cultura de novos produtos e a perspectiva de ampliação da área para o cultivo de produtos voltados ao abastecimento dos parceiros são um diferencial para a relação com o agricultor familiar.

A importância da implantação de ações sustentáveis e a adoção de condutas adequadas relacionadas à forma de cultivo dos alimentos e aos próprios consumidores, principalmente os da alimentação escolar, como forma de garantir benefícios a toda cadeia produtiva no âmbito social, econômico e ambiental que poderá efetivamente gerar vantagem aos agricultores familiares na produção dos alimentos e aos alunos no consumo de uma alimentação saudável com procedência local.

Numa análise mais detalhada das forças do programa apontadas pelos próprios agricultores mediante a pesquisa realizada, percebeu-se que os subsídios financeiros que ele proporciona são a base para que haja condições de permanência na atividade, visto que a comercialização dos produtos e o lucro oportunizado levam segurança aos participantes.

No entanto, mesmo com as fraquezas encontradas no conjunto de indicadores, as forças e oportunidades existentes no programa fazem frente com a valorização da produção e da propriedade rural, distribuição de renda e investimento no comércio local fortalecendo o sistema econômico do município, além é claro, do comportamento ético em relação ao meio ambiente, pelo fato de se constituir na base para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e da região.

Em relação aos sujeitos envolvidos, pedagogas e agricultores, sua percepção foi levantada através da aplicação de um questionário, para ser aplicada na implementação de uma alimentação saudável no ambiente escolar favorecendo nossas crianças, inclusive na estimulação de hábitos saudáveis.

No que tange ao caderno pedagógico, foi confeccionado um material educativo (cartilha) inserida neste trabalho, em parceria com os entes envolvidos, e que será posteriormente discutido com o poder público sua impressão e distribuição nas escolas municipais.

No processo de contextualização pôde-se perceber a importância substancial dos programas de incentivo à alimentação escolar voltada para os princípios da segurança alimentar e nutricional, principalmente por parte das crianças atendidas, consumidores finais de todo o processo.

Por fim, no diálogo com as pedagogas envolvidas no programa sobre a forma como deve se dar a interação entre os envolvidos nos programas, observou-se que sua percepção sobre situações relevantes para o projeto, destaca que a parceria entre agricultores familiares e a escola, é parte essencial para o processo de educação alimentar e o desenvolvimento de hábitos mais saudáveis para nossas crianças por intermédio ao fornecerem produtos naturais oriundos da agricultura familiar.

Em um dos encontros as pedagogas, as mesmas ressaltaram não somente a importância de uma alimentação saudável e o uso de alimentos cultivados sem uso de agrotóxicos, mas a questão pedagógica de se explicar aos alunos as implicações positivas de se adquirir hábitos saudáveis para a posteridade. Assim, houve um consenso sobre a distribuição da cartilha confeccionada neste estudo para ajudar na compreensão do aluno sobre o objetivo maior deste projeto.

Assim, elas, pedagogas, se comprometeram, na sua área de atuação, a somar esforços, juntamente com os outros atores envolvidos, e dar ênfase ao papel da agricultura familiar na promoção da alimentação saudável na rede municipal de educação de Mimoso do Sul-ES, através do devido suporte pedagógico, da implementação de projetos no ambiente escolar voltados para a alimentação saudável e a devida fiscalização do fornecimento da merenda dentro dos padrões nutricionais condizentes com os objetivos deste programa.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, V. P; PEREIRA, M; MEDINA, G. S. Passos da comercialização pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: MEDINA, G. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento**. 2º edição. Goiânia: editora UFG, p. 187-223, 2014.

ALVES, L. S. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Espírito Santo: Uma Análise Geográfica**. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Dissertação de Mestrado, 2015.

BACCARIN, J. G. et al. **Agricultura familiar e alimentação escolar sob a vigência da Lei 11.947/2009: adequação das chamadas públicas e disponibilidade de produtos no estado de São Paulo em 2011**. In: 50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2012, Vitória (ES). Anais... Vitória: SOBER, pp. 1-20. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.2>>. Acesso em 2018.

BANDEIRA, L. M. **Formação à distância para conselheiros de alimentação escolar: elaboração, aplicação e avaliação**. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2012.

BAVARESCO, P. A; MAURO, F. **Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino**. In: Fórum de Especialistas: Programas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe, 2012, Santiago. Anais... Santiago:

BEVILAQUA, K; TRICHES, R. M. **Implicações da venda de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares**. Segurança alimentar e nutricional, Campinas, v. 21, n. 2, p. 448-460, 2014.

BEZERRA, O. M. P; et.al.; Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo. **Revista de Nutrição** v. 26, p. 335-342, 2013.

BRASIL. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. [Internet]. 2011. [acessado 2018]. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/consea-2>

_____, **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da Alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Diário Oficial da União. Seção 1, p. 2, 2009.

_____, **O Papel do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Manual de instruções operacionais para nutricionistas vinculados ao PNAE. [organizadores Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos et al.. - 2. ed. - Brasília: PNAE : CECANESC, 2012.

_____, Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar – Conselho de Alimentação escolar (CAE)**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar>>. Acesso em 2018.

_____, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 01, 16 jan. 2003. **Estabelece critérios para o repasse dos recursos financeiros à conta do PNAE - previstos na medida provisória nº 2, de agosto de 2001**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/index.html>>. Acesso em 2018.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Ministério da Educação. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. 2009. Acesso em 2018.

_____. Universidade Federal de Santa Catarina - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar do Estado de Santa Catarina (CECANE-SC) – Subcoordenação de Pesquisa - **Relatório Final do Plano de Trabalho 2011/2012: “Publicações Científicas Acerca do PNAE”**. Florianópolis, dezembro de 2013. <http://www.cecanesc.ufsc.br>. Fonte de acesso: CGPAE/ FNDE.

_____, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Coordenação Geral de Contabilidade e Acompanhamento de Prestação de Contas (CGCAP). **Dados em planilhas extraídas do Sistema de Gestão de Prestação de Contas, referentes às compras da agricultura familiar efetuadas por estados e municípios, com recursos do PNAE, e registrados nas prestações de contas dos exercícios de 2011, 2012 e 2013**. <http://www2.planalto.gov.br>. 2014

BUNDY, D; BURBANO, C; GROSH, M; GELLI, A; JUKES, M; DRAKE, L. **Rethinking school feeding: social safety nets, child development, and the education sector**.

Washington (DC): The World Bank; 2009. (Directions in development. Human development, vol. 48742). Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/2009/101Oficial1.pdf>. Acesso em 2018.

BUNDY, D; BURBANO, C; GROSH, M; GELLI, A; JUKES, M; DRAKE, L. Why implement school feeding? Rethinking School Feeding: Social Safety Nets, Child Development, and the Education Sector. Washington, DC: World Bank; 2009:15–34.

CAMARGO, R. A. L; SOUZA, J. P. G. ; FIGUEIREDO, D. S.; GULLA, M. V.; JACOPINI, N. Q. **Caracterização dos assentados do nordeste paulista que participam do PAA e PNAE**. In: 51º Congresso da SOBER. Anais do 51º Congresso da SOBER, Belém - PA, 2013.

CAMPOS, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR**. Curitiba, 53 f. Trabalho de conclusão de curso (Pós-Graduação Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância), Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR - Campus Curitiba, 2013.

CONAB. **Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento** – Conab, no Estado do Mato Grosso (Sureg-MT). (2008). Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/image.pdf.

CUNHA, A. S. **Agricultura Familiar e Suas Estratégias de Resistência na Campanha Gaúcha: O Caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica - Manoel Viana/RS**. Universidade Federal de Santa Maria CCNE - Centro de Ciências Naturais e Exatas Programa de Pós-Graduação em Geografia. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, RS, 2013.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DOMENE, S. M. A. **A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional**. Psicologia USP, São Paulo, 19 (4): 505-517, 2008.

ESPEJO, F; BURBANO, C; GALLIANO, E. Home-Grown School Feeding: A Framework to Link School Feeding with Local Agricultural Production. Rome: World Food Programme (WFP); 2009.

FAO, 2012. pp. 1-7. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/pdf>. Acesso em 2018.

FAO. **2000 World Census of Agriculture: Analysis and international comparison of the results 1996-2005**. Rome, FAO, 2013a.

FAO. Food and Agricultural Organization. **Alimentar o mundo, cuidar do planeta**. Montevideo: FAO, 2014.

FAO. Food and Agriculture Organization. **The State of Food Insecurity in the World: Eradicating World Hunger – Key to Achieving the Millenium Development Goals**. Rome: FAO; 2005.

HALL, P. A. Policy Paradigms, Social Learning, and the State. **Comparative Politics**, v. 25, n. 3, 2003.

HAZELL, P; POULTON, C; WIGGINS S; DORWARD, A. **The Future of small Farms, Trajectories and Policy Priorities**. World development 38(10): 1349-1361. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.06.012>, 2010.

IBIAPINA, I. M. L. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro Editora. V. 1, 2008.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 25. ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KRISTJANSSON, E; ROBINSON, V; PETTICREW, M. **School feeding for improving the physical and psychosocial health of disadvantaged students**. Cochrane Database Syst Rev. 2006; 1. doi:10.4073/csr.2006.

MEDINA, G; ALMEIDA, C; NOVAES, E; GODAR, J; POKORNY, B. **Development conditions for family farming: Lessons from Brazil**. World Development, 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Agrícola e Pecuário 2011-2012/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, pág. 92. ISSN 1982-4033, 2011

MELLO, A. L; VIDAL JÚNIOR, P. O; SAMPAIO, L. R; SANTOS, L. A. S; FREITAS, M. C. S; FONTES, G. A. V. **Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil**. Rev. Nutr., v. 25, nº1, Campinas, Jan./Fev. 2012.

QUEIROZ NETO, E; BERGAMASCO, S. M. P. **Entre a contradição e o funcionalismo ou a crise do conceito contextualizado de agricultura familiar**. Campo - Território, v. 8, p. 1 - 24, 2013.

SANTOS, O. O. N. **Alimentação na escola pública: a presença da agricultura familiar.** Dissertação apresentada ao Centro Universitário Unieuro, como requisito parcial do Curso de Mestrado em Ciência Política, para obtenção do título de Mestre, 2014.

SARAIVA, E. B; SILVA, A. P; SOUZA, A; CERQUEIRA, G. F; CHAGAS, C. M; BERTOLIN, M. N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 18, p. 927-935, 2013.

SILVA, D. B; BACCARIN, J. G; ALEIXO, S; FILIPAK, A. **Os Agentes Sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): A percepção dos agricultores familiares.** In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando Agendas de Agentes, Araraquara, 2013. Participação, Democracia e políticas Públicas: Aproximando Agendas de Agentes. Anais do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando Agendas de Agentes. 2013

SCHNEIDER, M. J. **A Participação Da Agricultura Familiar na Defesa do Direito à Alimentação Escolar Saudável no Município de Missal – Paraná.** Dissertação apresentada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração “Desenvolvimento Rural Sustentável”, para obtenção do título de Mestre, 2014.

SOARES, P. et al. **Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro.** *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20 (6): 1891-1900, 2015.

SOUZA FILHO, H; BUAINAIN, A. M; GUANZIROLI, C; BATALHA, M. O. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: XLII Congresso da Sober, 2004, Cuiabá. **Anais do XLII Congresso da Sober**, 2004. v. 1. p. 1-20.

STURION, G. L. **Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2002. Encontrado no site: <<http://www.fea.unicamp.br/alimentarium/verdocumento.php>>acesso em 2018.

TRICHES, R. M; KILIAN, L. **Papel Dos Atores Sociais na Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar Para Alimentação Escolar em Municípios Paranaenses.** *Redes* (St. Cruz Sul, *Online*), v. 21, nº 3, p. 159 - 179, set./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v21i3.7055>.

TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o elo perdido: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. XVII, p. 01-15, 2010a.

WORLD FOOD PROGRAMME. Figures on WFP School Feeding Programmes. 2008; Disponível em: <http://home.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp205343.pdf>. Acessado em 2018.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 4ª Ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO DA PESQUISA

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é Ariana Cristina Moura Nazário sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Nutrição voltada para a educação. O título dessa pesquisa é: O Papel da Agricultura Familiar na Promoção de uma Alimentação Saudável na Rede Municipal de Educação de Mimoso do Sul-ES.

O objetivo aqui é promover discussões entre os profissionais da educação (pedagogas e agricultores familiares), saúde e agricultura, levantando a importância da agricultura familiar na alimentação nas escolas públicas. Assim, busca-se nessa pesquisa desenvolver esse tema pelo papel da agricultura familiar na promoção de uma alimentação saudável na rede pública de educação e assim visar à garantia do acesso à alimentação escolar saudável para nossos alunos.

Eu, _____, RG/ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar desse estudo como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento, se for o caso).

Local e data: _____

Assinatura

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO**PERFIL PESSOAL E PROFISSIONAL DAS PEDAGOGAS PARTICIPANTES**

1. Nome:

2. Idade:

3. Cor: () branco () preto () pardo () amarelo () indígena

4. Estado civil:

5. Filhos: () não () sim. Quantos? _____

7. Grau de instrução:

() Pós-graduada

() Mestranda

() Doutora

8. Há quanto tempo trabalha na escola? _____

9. Qual a distância da sua residência à escola? _____

10. Já participou de algum outro Projeto relevante na área da educação voltado para a alimentação como esse? () não () sim. Qual? _____

11. Matriz do projeto:

Pontos Fortes: _____

Pontos Fracos: _____

Oportunidades: _____

Ameaças: _____

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

PERFIL PESSOAL E PROFISSIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES ESCOLHIDOS

1. Nome:

2. Idade:

3. Cor: () branco () preto () pardo () amarelo () indígena

4. Estado civil:

5. Filhos: () não () sim. Quantos? _____

6. Idade dos membros da família: _____

7. Quais cursos de capacitação já participaram? _____

8. Grau de instrução:

() analfabeto até a 3ª série Fundamental

() Fundamental completo

() Ensino médio completo

() Superior completo

() É o proprietário da área em que trabalha? () sim () não

9. Possui Declaração de aptidão do Pronaf? () sim () não. Desde quando tem? ____

10. Qual a área agricultável da propriedade? _____

11. Qual sistema de produção de alimentos? Há alimentos orgânicos? Sim () Não ()

12. Qual a distância da sua residência ao município? _____

13. Há quanto tempo mora na propriedade? _____

14. Matriz das fraquezas e forças do processo:

Forças: _____

Fraquezas: _____

Oportunidades: _____

Ameaças: _____